



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Amanda Pinho Nunes da Silva Pereira

A escuta do sujeito no campo da assistência social

Rio de Janeiro

2024

Amanda Pinho Nunes da Silva Pereira

A escuta do sujeito no campo da assistência social

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ingrid de Mello Vorsatz

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P436 Pereira, Amanda Pinho da Silva
 A escuta do sujeito no campo da assistência social / Amanda Pinho da Silva
 Pereira. – 2024.
 97 f.

 Orientadora: Ingrid de Mello Vorsarz.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Instituto de Psicologia.

 1. Psicologia social – Teses. 2. Neoliberalismo – Teses. 3. Psicanálise –
 Teses. I. Vorsatz, Ingrid de Mello. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Instituto de Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Amanda Pinho da Silva Pereira

A escuta do sujeito no campo da assistência social

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ingrid de Mello Vorsatz (Orientadora)
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Jimena de Garay Hernandez
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Marcelo de Abreu Maciel
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a. Marcos Eichler de Almeida Silva
Instituto de Psicologia - UERJ

Rio de Janeiro

2024

Dedico aos usuários da assistência social da cidade de Queimados. Com eles, escrever se tornou possível. Escutar, um dever. Esperançar, uma via. Lutar, um imperativo.

AGRADECIMENTOS

Ao periférico que falava de amor, de fé e de esperança e que morreu lutando contra a injustiça e a opressão do povo, Jesus Cristo.

Ao CRAS Babi, de Belford Roxo, meu primeiro contato com o SUAS.

À equipe do CRAS de referência para este trabalho – Rafaelle Altina, Ivana Bastos, Patrícia Bezerra, Edilaine Moulin, Raphael Pedro, Philippe Invenção, Caroline Pinto, Stephanny Santiago, Annie Spalla, Vandessa dos Santos, Mônica Diniz, Aline Bieites, Ana Maria e Leslie Kelly – que colaborou com ricas reflexões, críticas e competência profissional.

À secretária de assistência social do município de Queimados, Cristiane Lamarão, e ao subsecretário, François Freitas, que permitiram a pesquisa e que contribuíram com relatos de suas experiências de trabalho no âmbito da política pública.

À Janaína Rodrigues, que esteve como Diretora da Proteção Básica na maior parte do tempo em que fui coordenadora, uma mulher firme, que me ouviu e esteve sempre disponível.

À Ana Keli, Diretora da Proteção Especial, uma amiga sincera e assistente social brilhante.

À professora Ingrid Vorsatz, pela orientação presente e autêntica, pelo rigor e poesia com que transmite a psicanálise.

À professora Jimena de Garay pelas reflexões que me provocavam a cada aula. E depois, pela leitura detida de minha dissertação.

Ao professor Marcos Eichler, um dos professores que me despertou o interesse pela psicanálise, a quem agradeço pela leitura atenta e pelos comentários gentis e precisos no meu exame de qualificação.

Aos colegas do grupo de orientação, pela leitura e apontamentos importantes, pelos sorrisos e pelas palavras de carinho e de encorajamento. Em especial a Gabriel Crespo, Juliana Corcos e Catharina de Paula, que tiveram paciência com meus pensamentos bagunçados e fizeram graça com meus desesperos.

À minha mãe, Vania Pinho, pela presença constante, pelo bom humor único e encantador que sempre melhora meus dias e me faz cair em gargalhadas nas mais variadas situações.

Ao meu pai, Murilo Sérgio (*in memoriam*) que me encheu de poesia e me ensinou o que é ter um amigo de verdade.

Às irmãs, Aline Lima, Bruna Tallemberg, Christiane Marques, Hanna Carvalho e Janaína Macedo, por todo colo, sorrisos, desabafos e palavras afetuosas, desde a graduação.

Ao irmão, Thiago Carmo, por todas as vezes que vem me ver e me faz lembrar quem eu realmente sou.

Ao meu marido, Jackson, sem o qual seria impossível escrever. Sua ajuda incansável, cuidados e alegria me mantiveram de pé quando achei que perderia as forças.

À minha filha Ana, que de tão inteligente me inspira e alegra.

À minha filha Elza, que de tão meiga me abriga e acalma.

“(...) em algum momento, a consciência da população acordará e a alertará para o fato de que o pobre tem o mesmo direito à assistência anímica que ele já tem agora à assistência cirúrgica, que salva vidas. E que as neuroses não são menos ameaçadoras à saúde da população que a tuberculose e que, assim como esta, não podem ser deixadas a cargo de cada pessoa do povo. Então, serão erguidas instituições ou institutos de formação [Ordinations institute], onde trabalharão médicos de formação psicanalítica que através da análise manterão capazes, em face da resistência à produtividade [Leistung], homens - que do contrário se entregariam à bebida -, mulheres - que ameaçam sucumbir diante do peso das renúncias - e crianças - que têm diante de si apenas a escolha entre a selvageria e a neurose. Esses tratamentos serão gratuitos.” (Freud, 2021, p. 201).

RESUMO

PEREIRA, Amanda Pinho Nunes da Silva. *Escuta e reescrita: contribuições psicanalíticas ao campo da assistência social*. 2024. 100f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho se propõe a verificar as possibilidades e os impasses de uma escuta referenciada pela psicanálise no campo da assistência social. Partindo da atuação do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), visamos problematizar a escuta do sujeito de modo que as demandas sejam consideradas para além das urgências materiais e de sobrevivência. O CRAS é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo a prevenção de situações de risco e de vulnerabilidade social por meio do acompanhamento sistemático das famílias cadastradas. No CRAS de Queimados – RJ, a maioria dos usuários cadastrados são mulheres solteiras, negras, entre 30 e 59 anos de idade, com mais de três filhos e com nível fundamental de escolaridade, sem renda ou emprego fixo. Nos relatos que endereçam à equipe podemos identificar questões de ordem subjetiva, tais como o luto pela perda de um ente querido, medo e ansiedade após ter de mudar de residência de forma repentina e cansaço extremo por criar filhos sozinhas e sem uma rede de apoio. Adotamos a metodologia de pesquisa qualitativa, executando uma análise do discurso dos usuários do serviço, por meio da leitura dos registros em sumário das falas destes a partir das noções de escuta e de sujeito presentes na teoria da clínica psicanalítica. Associada à compreensão da vivência desses usuários, também consideramos a proposição de que o neoliberalismo se associa ao sofrimento psíquico dos frequentadores dos CRAS, o que trataremos mediante a análise das possíveis relações entre sintoma psíquico e configuração social.

Palavras-chave: CRAS; escuta; psicanálise; neoliberalismo; sujeito.

ABSTRACT

PEREIRA, Amanda Pinho Nunes da Silva. *Listening and rewriting: psychoanalytic contributions to the social assistance field*. 2024. 100f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The purpose of this paper is to examine the possibilities and impasses of psychoanalytically referenced listening in the social assistance field. Starting from the psychologist's work in Social Assistance Reference Centers (CRAS), we aim to problematize listening to the subject so that the demands are considered beyond material and survival urgencies. CRAS is a unit of the Unified Social Assistance System (SUAS), that works to prevent situations of risk and social vulnerability by systematically monitoring registered families. At the CRAS in Queimados - RJ, most registered users are single, black women, aged between 30 and 59, with more than three children and a basic level of schooling, with no fixed income or job. In their reports to the team, we can identify subjective issues, such as mourning the loss of a loved one, fear and anxiety after having to move house suddenly and extreme fatigue from raising children alone, without a support network. We adopted a qualitative research methodology, analyzing the discourse of the service users by reading the summary records of their speeches based on the notions of listening and subject present in psychoanalytic clinical theory. In addition to understanding the experience of these users, we also consider the proposition that neoliberalism is associated with the psychic suffering of CRAS users, which we will address by analyzing the possible relationships between psychic symptoms and social configuration.

Keywords: listening; CRAS; psychoanalysis; neoliberalism; subject.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	A ESTRUTURAÇÃO DO SUAS E O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CRAS .	19
1.1	A Política Nacional de Assistência Social e a organização do SUAS	19
1.2	A diversidade de abordagens e a atuação do psicólogo em política pública	28
1.3	A questão social e a regulamentação da psicologia enquanto profissão	32
2	ENTRE O CAMPO DO SUJEITO E O TRABALHO DO PSICANALISTA EM DIFERENTES CONTEXTOS.....	37
2.1	O inconsciente e sua sintaxe: situando o campo do sujeito	37
2.1.2	Da noção de transferência às possibilidades de atuação do psicanalista em diferentes campos	39
2.1.3	O que se escuta em um CRAS	41
3	A BAIXADA FLUMINENSE E O SUAS	44
3.1	Articulações entre necropolítica e manutenção da pobreza na Baixada Fluminense	44
3.1.2	Preconceito e discriminação, um diálogo possível entre Freud e Mbembe.....	49
3.2	A cidade de Queimados e as especificidades do CRAS em tela	54
3.3	Neoliberalismo, vulnerabilidade social e desamparo	59
4	A PSICANÁLISE COMO UMA POSSIBILIDADE PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS	67
4.1	Da relação entre escuta e transformação social	67
4.2	Necessidade, demanda e desejo	72
5	O RAP E AS POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM DISCURSOS DE DOMINAÇÃO	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir de considerações e de registros organizados por mim durante minha atuação como psicóloga em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – entre os anos de 2013 e 2018, na cidade de Belford Roxo, e a partir do ano de 2015 até o presente momento, na cidade de Queimados, ambas as cidades localizadas no estado do Rio de Janeiro –. O CRAS é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), implementada no ano de 2005. Essa unidade tem como objetivo a prevenção de situações de risco e de vulnerabilidade social através do acompanhamento sistemático das famílias que procuram o Sistema (Brasil, 2009).

A assistência social entende por condições de vulnerabilidade social aquelas em que o cidadão ou sua comunidade se encontra em privação ou dificuldade no acesso a direitos básicos, como alimentação, habitação, educação, saúde, segurança, trabalho, lazer e cultura. Essas ocorrências comumente estão associadas a fatores de risco como pobreza extrema, desigualdades econômicas e sociais, violência doméstica, segregação, abuso e exploração sexual, uso abusivo de drogas, entre outros.

De acordo com o Governo Federal¹, a definição de extrema pobreza compreende famílias cuja renda *per capita* mensal está abaixo de duzentos e dezoito reais. Mesmo que a compreensão da situação financeira de cada família seja baseada em termos absolutos, é importante ressaltar que a realidade social dos cidadãos em extrema pobreza não pode ser dissociada da história e dos processos que contribuíram para o aumento da desigualdade social no Brasil. Portanto, questionar de modo crítico o passado do país é fundamental para que se reconheça a relação entre a extrema pobreza que atinge as famílias atualmente e a história da formação da sociedade brasileira.

Nessa direção, Starling e Schwarcz (2015) ressaltam que o “historiador anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência daqueles que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso, e interpelar seu sentido” (p. 26). O que norteia a noção de que trabalhar na política de assistência social exige um questionamento constante sobre a história de vida de cada cidadão que procura o SUAS, bem como de suas relações

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 10 abr. 2024.

interpessoais e dos lugares que ocupa na sociedade. A fim de analisar os efeitos que a situação de pobreza extrema ou risco social trazem aos cidadãos.

Como psicóloga e trabalhadora do SUAS constato a complexidade de lidar com questões de ordem subjetiva, como a sensação de fracasso, o luto, a ansiedade, a depressão e outras manifestações em que não se pode ignorar a configuração social, em um sistema cuja prioridade é garantir o acesso dos cidadãos aos seus direitos de cidadania – o que pode nos levar a atender o sujeito sob as insígnias do risco e da vulnerabilidade social –, comprometendo a atuação do psicólogo e da equipe técnica.

No CRAS em tela, as famílias inscritas no Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) – acompanhamento sistemático com as famílias em situação de vulnerabilidade extrema – apresentam composição familiar heterogênea, sendo a maioria gerenciada por mulheres solteiras, negras, entre 30 e 59 anos de idade, com mais de três filhos e com nível fundamental de escolaridade. Não têm renda fixa e trabalham de modo autônomo (dados de janeiro de 2023 oriundos da Planilha de Controle Geral do CRAS, instrumento que reúne os dados de cada família inscrita no CRAS, preenchido pelos técnicos de nível superior, que gera um relatório mensal, sistematizado pelo coordenador).

Dessa forma, surge o questionamento que orienta esta pesquisa: uma vez que a urgência na demanda por moradia, alimento, habitação ou trabalho se manifesta em populações em situação de pobreza ou, ainda, de extrema pobreza, como promover um espaço para escutar o sujeito para além de suas urgências materiais, de modo que sua subjetividade não seja ignorada? Quais são as possibilidades de atuação do psicólogo ante o sofrimento presente nas falas dos usuários, uma vez que o profissional não deve atuar como clínico nesses espaços?

Cabe ressaltar que as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012) ressaltam que é vedado ao psicólogo “realizar terapia ou psicoterapia com famílias e/ou indivíduos” (p. 50), sendo esse trabalho de competência de profissionais da política pública de saúde. O mesmo documento ressalta também que a atuação na assistência social tem por função a articulação entre as “diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relação dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação, da convivência, da reflexão e da ação” (Brasil, 2012, p. 35).

Logo, um tratamento psicoterapêutico em um dispositivo de assistência social não condiz com as diretrizes da PNAS, mas transformar crenças, interpelar discursos presentes na sociedade

sobre a pobreza, os preconceitos e as relações de poder que circulam nos espaços de atenção e atendimento exige uma escuta crítica e atenta. O que nos leva a constatar que lidar com situações de vulnerabilidade extrema descortina os contrastes entre aquilo que o dispositivo oferta e o que o cidadão necessita e demanda, ao mesmo tempo em que nos faz questionar qual é a especificidade da atuação do psicólogo no campo da assistência social.

Da articulação entre estes questionamentos e a especificidade da política de assistência social, o objetivo geral deste trabalho é avaliar as contribuições e as vias para a atuação do psicólogo no CRAS a partir da interlocução entre a teoria da clínica psicanalítica e as possibilidades de trabalho junto à população em vulnerabilidade social do dispositivo. Já os objetivos específicos são os de analisar os conceitos da psicanálise referentes à escuta e a noção de sujeito; relacionar neoliberalismo, sofrimento psíquico e formas de resistência ao modelo de sociedade vigente. Para finalmente, propor uma ética de trabalho no CRAS que permita a criação de novas narrativas do sujeito em seu território.

A possibilidade de recriação das narrativas sobre o território nos permite articular relatos que interpelam a relação entre as pessoas e o espaço onde vivem, questionando a história e o sentimento de pertencimento relativo ao lugar em que residem, alterando suas visões sobre a vida e a sociedade, podendo contribuir para a o estímulo de diferentes formas de enfrentamento de problemáticas sentidas coletivamente, como por exemplo, a exaustão vivenciada por mulheres que criam e sustentam seus filhos sem uma rede de apoio. Logo, o território indica não somente uma área de uso comum entre as pessoas, mas expõe quais pessoas ocupam esse lugar e por que.

A noção de território tal como estabelecida pelo geógrafo Milton Santos (2006) é fundamental para a construção do trabalho no SUAS. O autor parte de uma concepção inovadora sobre o território – denominado como, território vivo – para pensar as questões sociais. Em suas formulações, a ideia de território vivo extrapola a concepção de um espaço físico, estático e apolítico, sendo um reflexo das relações de poder e de conflito que os cidadãos mantêm entre si e sua comunidade.

Propomos uma pesquisa de abordagem qualitativa. Parte-se da análise do conteúdo das falas dos usuários em conjunto com a reflexão crítica das orientações técnicas para o trabalho do psicólogo no SUAS em diálogo com a noção de sujeito tal como estruturada pela psicanálise. A pesquisa será operacionalizada a partir da escuta e da leitura dos registros dos atendimentos individuais dos usuários inseridos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

entre os anos de 2022 e de 2023, que será abordado no Capítulo 1. Os registros foram realizados durante atendimentos à população. Para cada pessoa que conversa com o assistente social ou com o psicólogo em um CRAS, é aberto um sumário, que contém os dados pessoais do usuário e um relatório do que foi falado pelo usuário, assim como as orientações fornecidas pelo profissional que o atendeu.

A literatura atual sobre a atuação do psicólogo no campo da assistência social aborda tanto a impossibilidade de dissociar as questões sociais do histórico do país, quanto à necessidade de repensar as teorias e as técnicas utilizadas pelo psicólogo do campo. O debate ainda considera a falta de condições adequadas para executar o trabalho bem como a carência de uma sistematização teórica do trabalho realizado pela equipe técnica dos dispositivos. Importa destacar que muitos autores relacionam os efeitos das situações de extrema pobreza em relação ao sofrimento localizado nas falas dos frequentadores dos dispositivos, como sensações de fracasso, medo de ver a família em insegurança alimentar, entre outros.

Nesses estudos se pode verificar uma articulação entre desamparo social, extrema pobreza e sofrimento psíquico, que pode ser observado na rotina de atendimentos no CRAS. Diante disso, Rosa (2002) afirma que o desamparo social aumenta o sofrimento das pessoas em extrema pobreza, mantendo-as em condições inadequadas de trabalho e em situações de segregação e de exclusão. A autora também promove reflexões sobre a ampla quantidade de abordagens teóricas da psicologia, ressaltando tanto a necessidade de refletir sobre as possibilidades e os limites da atuação dos profissionais frente às contradições sociais quanto a urgência de avançar na construção de intervenções que vão além do atendimento individual feito nos moldes da clínica praticada em consultórios particulares.

Os textos que tratam da questão social a partir da ótica proposta por Reis *et al* (2014), norteiam a problematização de conceitos como os de risco e o de vulnerabilidade social. A partir disso, é possível relacionar pobreza extrema, desigualdade e exclusão social com fatores históricos, ideológicos e políticos. Assim sendo, um quadro é composto, onde sofrimento, desamparo e vulnerabilidade estão associados por alterarem, conjuntamente, a qualidade de vida de uma população em um determinado território.

Dessa forma, a vulnerabilidade não é compreendida aqui como uma noção isolada, pois baixos níveis de escolaridade, difícil acesso à educação, cultura e lazer, bem como o grande número de desempregados ou subempregados que experienciam a violência urbana podem ampliar o

sofrimento dos cidadãos, levando-os a situações de extrema inibição. Macêdo *et al* (2018) alertam para o alto índice de ansiedade e depressão entre mulheres desempregadas e de baixa renda, afirmando que a vulnerabilidade social altera negativamente a saúde mental das pessoas em extrema pobreza, sobretudo por ser o desamparo justamente aquilo que as expõe reiteradamente a outras interações de violência.

Nessa direção, destacam-se os artigos como os de Romagnoli (2022), em que se pode verificar a complexa questão social brasileira – agravada pelo aumento progressivo das desigualdades sociais –, bem como a necessidade de invenção diária do psicólogo em dispositivos públicos, uma vez que não há um espaço naturalizado ou pré-estabelecido para a sua atuação no âmbito da assistência social.

Romagnoli, Silva e Carvalhaes (2016) alertam para as divergências entre as abordagens em psicologia e para isso partem de uma análise do histórico da profissão, afirmando que desde os primórdios da psicologia (década de 1960), coexistiam práticas de vigilância, vieses utilitaristas e adaptativos ao ideário político dominante. Os autores traçam um panorama histórico até o momento do processo de redemocratização do país, em que surgiu uma profusão de práticas que questionaram a padronização entre os cidadãos e, ainda que em dispositivos coletivos, atentam para a singularidade dos que buscam os serviços públicos.

Em relação aos modelos que inspiraram a construção de uma intervenção crítica no campo da assistência social, a análise dos autores Silva e Bonatti (2020) sobre a Clínica Ampliada e suas contribuições para o trabalho do psicólogo nos CRAS também é fundamental. Os autores asseveram que a clínica ampliada pode servir como um recurso metodológico para a atuação nesse campo. Resgatando um processo histórico ocorrido na década de 1970, no Brasil, quando diversos setores da sociedade, tais como médicos, intelectuais e trabalhadores de diversas áreas, passaram a questionar o modelo centrado na internação em hospitais e a falta de autonomia de pacientes com transtorno mental grave – processo que culminou na Reforma Psiquiátrica.

Pôde ser verificado, então, o imperativo de repensar a prática do psicólogo e abrir espaço para as discussões sobre o trabalho para além dos moldes tradicionais. Identifica-se, ainda, que o atendimento ao cidadão no contexto da assistência social é atravessado pelos efeitos das relações entre a pobreza extrema dos usuários e as desigualdades sociais a que estão submetidos. Dessa forma, há que se considerar o sofrimento e o mal-estar presente na vida de cada sujeito que chega

aos dispositivos e como esses estados afetam as suas relações familiares, com o entorno, com o trabalho, com o estudo e, por fim, com o lazer.

No primeiro capítulo será apresentada a estrutura do SUAS e a prática do psicólogo no campo da assistência social. Para refletirmos sobre a psicologia e sua inserção em diferentes campos de atuação, teremos por referência uma reflexão de Luiz Alfredo Garcia-Roza (1977), sobre a multiplicidade de teorias em psicologia. A partir disso, será tratada a questão do histórico da profissão, assim como os caminhos possíveis de trabalho para o psicólogo referenciado pela teoria da clínica psicanalítica.

No segundo capítulo ressaltamos o que se escuta em um CRAS, partindo das noções de inconsciente e de sujeito tal como formuladas por Freud. Através do método proposto pelo autor, pode-se considerar um processo de reconstrução da história de vida dos frequentadores dos serviços dos CRAS. Sendo possível investigar quais as contribuições do método psicanalítico em relação ao trabalho por mim realizado no campo da assistência social.

No terceiro capítulo serão analisados os determinantes históricos que estruturam a região da Baixada Fluminense a fim de promover uma reflexão sobre as relações entre o contexto histórico, a criação do SUAS e a função do psicólogo no CRAS. Desse modo, será possível reconhecer o que se apresenta no cotidiano de trabalho do profissional e quais as particularidades de sua atuação.

No quarto capítulo relacionaremos o neoliberalismo como produtor de adoecimento psíquico em diálogo com os artigos freudianos: *Mal-estar na cultura* (1930), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O futuro de uma ilusão* (1927)². As obras ditas sociais de Sigmund Freud serão as bases teóricas essenciais para elucidar a questão do sofrimento e do desamparo dos homens em sociedade. Nesse sentido, Freud aponta um mal-estar que é produto da cultura:

O sofrimento ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, destinado à decadência e à dissolução, não pode nem mesmo prescindir da dor e do medo como sinais de alarme; do mundo exterior, que pode voltar sua raiva contra nós com suas forças descomunais, implacáveis e destrutivas; e, finalmente, das relações com outros seres humanos. O sofrimento que provém dessa fonte, talvez o sintamos de maneira mais dolorosa do que qualquer outro (Freud, 2020b, p. 259).

² Os anos se relacionam com a data de lançamento das respectivas obras. As publicações utilizadas nesta dissertação são contemporâneas.

A formulação do autor acerca do sofrimento frente à morte, desamparado em face de seu limitado domínio da natureza e incerto pela complexidade da relação com seus pares, desvela uma dimensão do trágico da existência humana.

Assim, se torna possível investigar as narrativas que se repetem atreladas a situações recorrentes na população de referência de determinado CRAS. Nesse contexto, é importante atentar não somente para a demanda mais urgente, mas também para a gramática do sofrimento engendrada por questões sociais e para a dor que resulta em um mal-estar coletivo.

No capítulo cinco propomos que o *Rap*³, muito ouvido nas comunidades e na Baixada Fluminense, pode elucidar de que forma uma manifestação cultural pode reunir um grupo de pessoas que passam a costurar para si um lugar no tecido social. Portanto, algumas letras dos *rappers* mais citados pelos cidadãos que frequentam o CRAS serão utilizadas para traçar uma reflexão sobre as vias possíveis para o desenvolvimento do sentimento de pertença e de coletividade em territórios marcados por situações de medo, desamparo, violência e discriminação social.

³ Sigla associada à expressão inglesa: “rhythm and poetry”, traduzido em português: “ritmo e poesia”, porém, para o doutor em ciência política, Bráulio Roberto de Castro Loureiro: “o uso da palavra “rap”, há tempos presente nos dicionários de inglês, remonta ao século XIV. Referindo-se a algo como “bater” ou “criticar”, antes mesmo da eclosão da música rap o termo já aparecia no contexto de jogos de improviso e insulto verbal, prática corriqueira entre negros de algumas cidades dos Estados Unidos. A hipótese mais provável seria, então, a de que o próprio uso da palavra “rap” tenha culminado na nomenclatura do gênero, fato que não eliminaria a relevância e o impacto de sua vinculação a uma sigla que, além de transitar com facilidade entre línguas latinas, desafia concepções conservadoras ao sustentar o rap como expressão musical e poética” (LOUREIRO, 2016, p. 235-241).

1 A ESTRUTURAÇÃO DO SUAS E O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CRAS

Neste capítulo, será descrito como se estrutura o SUAS, o funcionamento da rede de Proteção Social Básica (PSB) e o trabalho do psicólogo no CRAS. Posteriormente, será analisada a questão da multiplicidade de teorias em psicologia, para, por fim, refletir sobre a psicanálise enquanto uma teoria que pode contribuir com a atuação do psicólogo no campo da assistência social.

1.1 A Política Nacional de Assistência Social e a organização do SUAS

Em seu artigo 1º, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742, de Dezembro de 1993) garante ao cidadão o direito à assistência social e afirma que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Brasil, 2013, p. 8).

Dessa forma, a universalidade do acesso à educação, à habitação, à alimentação, à saúde e à cultura, é estabelecida como dever do Estado e direito inegociável do cidadão. Sendo assim, o histórico de exploração da pobreza tem maiores possibilidades de ser ultrapassado, uma vez que, agora, tanto o voto como moeda de troca quanto a permuta de favores para uma ajuda arbitrária podem ser questionados, fiscalizados e superados. Nessa mesma direção, a espera por um auxílio material dado por caridade cede lugar ao direito garantido.

A rede da assistência social é organizada em Secretarias nos Estados e Municípios da Federação e propõe uma construção técnica e uma operacionalidade condizente com as especificidades de cada região do país. Para a maior eficácia do SUAS, a política de garantias de direitos é dividida em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), que se especifica em Proteção Social de Média e de Alta Complexidade, sendo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) os dispositivos que executam os serviços da proteção básica e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) os responsáveis pelas ações de proteção especial de Média Complexidade. De acordo com a LOAS:

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. § 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (Brasil, 2013, p. 14).

No CRAS o trabalho é realizado a partir de duas perspectivas essenciais, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a noção de família aponta para um “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (Brasil, 2004, p.42). Desse modo, a matricialidade sociofamiliar faz referência à importância dos vínculos familiares na história de vida de cada usuário do serviço, reconhecendo esse núcleo como sendo o primeiro espaço de convivência e de aprendizado do cidadão.

A PNAS ainda admite que graves conflitos e diversos tipos de violência podem advir das relações familiares e da inépcia do Estado em prover proteção social, justificando a construção das estratégias de trabalho a partir da dinâmica familiar dos frequentadores do dispositivo. Espera-se, a partir do acompanhamento familiar, que a atuação do CRAS, através da rede de relações de cada usuário, reverbere por todo território, promovendo um diálogo maior entre este, seus pares e redes de apoio disponíveis para que cada indivíduo reconheça e saiba requerer seus direitos de cidadania.

O alcance do CRAS é limitado a determinadas regiões – bairros mais próximos, que são chamados de área de abrangência – para garantir uma atuação atenta às necessidades e potencialidades de cada território e de seus atores sociais. Desse modo, cada cidadão que precisa ser atendido pela assistência social é encaminhado para o CRAS mais próximo de sua residência, permitindo que os profissionais (assistentes sociais e psicólogos) acompanhem cada família de acordo com seus vínculos afetivos e modos de ser, em consonância com as histórias que se apresentam naquele espaço específico.

Em consonância com a noção de território tal como formulada pelo geógrafo Milton Santos (2006), pode-se notar que o território é composto por um espaço geográfico formado a partir da relação entre as construções sociais e sua interação com a natureza ao longo do tempo. Sendo assim, a possibilidade de intervenções sobre o território permite articular relatos que interpelam a relação

entre as pessoas e o espaço em que vivem, questionando a história e o sentimento de pertencimento relativo ao lugar em que residem, alterando suas visões sobre a vida e a sociedade.

Assim, há diferentes formas de enfrentamento de problemáticas sentidas coletivamente, como por exemplo, a exaustão vivenciada por mulheres que criam e sustentam seus filhos sem uma rede de apoio gratuita e confiável. Logo, o território designa não somente uma área de uso comum entre as pessoas, mas inclui as pessoas ocupam esse lugar e porque o ocupam, uma vez que a distribuição dos espaços é feita através de disputas de poder – a exemplo da divisão das melhores regiões de um determinado bairro para as camadas sociais mais abastadas.

Nessa ótica, o espaço ocupado pelos cidadãos no território é dinâmico, uma vez que está em constante transformação e sofre influência direta a partir das intervenções humanas na natureza, que se traduzem em consequências ambientais, políticas e ideológicas. Assim, a influência dos fatos históricos estruturam relações de poder que engendram lógicas de organizações sociais em uma determinada região. A respeito da historicidade do espaço, Santos (2016) afirma que:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações (p. 248).

O autor demonstra a indissociabilidade entre a história e a composição das regiões de moradia dos cidadãos a partir do que se pode afirmar que o território se constrói continuamente pelo fio das lutas e dos conflitos que enlaçam diferentes setores da sociedade que disputam o acesso aos melhores espaços, empregos e bens. Portanto, o território se constitui como um espaço de poder, em que os interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes se manifestam e podem se consolidar.

Santos (2016) também ratifica a noção de território presente na PNAS, que é radicalmente diferente de uma noção limitada a um espaço geográfico:

Considerando que muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa, é imperioso construir ações territorialmente definidas, juntamente com essas políticas. Importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de

Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos 'atores que dele se utilizam' (Brasil, 2004, p. 41).

Assim, o território funciona como um espelho das relações sociais na medida em que reflete as relações de força e as dimensões de poder presentes em cada camada social. Desse modo, a presença do CRAS em um determinado território garante o alcance do SUAS, que tece suas redes a partir dos dados produzidos por cada unidade de atendimento ao alimentar o sistema de dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Na mesma direção, Sodré (2002) assinala que:

A territorialização não se define como mero decalque da territorialidade animal, mas como força de apropriação exclusiva do espaço (resultante de um ordenamento simbólico), capaz de engendrar regimes de relacionamento, relações de proximidade e distância. A territorialização é, de fato, dotada de força ativa. Pensar assim implica admitir a heterogeneidade de espaços, a ambivalência dos lugares e, deste modo, acolher o movimento de diferenciação, a indeterminação, o paradoxo quanto à percepção do real - em suma, a infinita pluralidade do sentido (como no espaço sagrado, onde cada lugar tem um sentido próprio) (p. 14-15).

Ou seja, um trabalho de caráter territorial se faz em consonância com a cultura, as crenças e os modos de viver do espaço em que o CRAS se localiza, configurando, portanto, um meio de avaliar os tipos de subjetividades produzidas pelos agentes políticos, econômicos e sociais que compõem o território. O modo como se estruturam os bairros de uma cidade, por exemplo, traduz as relações de poder e de afeto que circulam em cada espaço, assim como o sistema de crenças e concepções que atuam na união ou na exclusão dos que convivem neles, sendo possível reconhecer o que Sodré conceitua como "pluralidade de sentido".

Uma das complexidades para a sustentação do trabalho na assistência social é o aumento da desigualdade social, ampliada pela recente flexibilização das leis trabalhistas, o desgaste das condições laborais dos trabalhadores autônomos, o aumento do índice de desemprego, a falta de investimentos em educação e em saúde e a redução das políticas públicas de enfrentamento e de combate à fome. Cabe ressaltar que o aumento das desigualdades sociais é acompanhado pelo adoecimento psíquico progressivo da população, que sente os reflexos desse contexto como uma questão de fracasso individual o fato de não conseguir obter uma renda mínima necessária para viver de modo digno. De acordo com Godoi (2022):

(...) a concentração de renda no país significa concretamente que o 1% da população com maiores rendimentos concentra 31% da renda, os 10% da população com maiores rendimentos concentram 59,3% da renda e os 50% da população com menores rendimentos acessam somente 9,8% da renda nacional (p. 65).

Pode-se observar, que a renda do país se concentra nas mãos de uma pequena parte da população, enquanto os mais pobres permanecem sendo a maior parte dos habitantes do Brasil. Além disso, que 40% dos cidadãos trabalham de modo informal, ou seja, sem regulação de carga horária, sem receber 13º salário, férias, entre outros direitos trabalhistas previstos pelo vínculo formal de trabalho, o que também contribui com a sensação de insegurança e de fracasso pessoal mencionada.

Nessa conjuntura, é importante destacar que a atuação do psicólogo no CRAS está profundamente associada tanto ao contexto de vida do usuário do serviço quanto ao risco de reproduzir um atendimento burocrático, cujo único objetivo seria suprir suas necessidades básicas para garantir a sobrevivência. Embora seja essencial atender às demandas materiais dos usuários no âmbito da garantia de direitos, o trabalho ganha camadas mais complexas para que o profissional possa atuar pautado em uma escuta que amplie o atendimento para além daquilo que é compreendido como condição mínima necessária para a sobrevivência dos cidadãos.

Nos CRAS o atendimento ao usuário é prestado de forma individual e particular. Da mesma forma, aquele que já possui cadastro na unidade e solicita atendimento ou é convocado a comparecer no CRAS por demanda localizada pelo profissional (como vencimento de cadastros, alterações na composição familiar, baixa frequência escolar de crianças de 04 a 16 anos de idade, entre outros) também deve receber o mesmo tipo de atenção. Na primeira visita de um cidadão ao CRAS, o profissional buscará compreender a história da pessoa que chega, seus vínculos familiares, sua rede de apoio e suas necessidades mais urgentes, a fim de mapear os serviços municipais que podem melhor atender suas demandas. No entanto, também se busca compreender as dinâmicas das relações interpessoais, familiares e com o meio em que os cidadãos estão inseridos, identificando os processos de sofrimento que se repetem e comprometem os laços sociais.

Para cada atendimento, seja ele de retorno ou de primeira vez, o psicólogo registra na ficha de cadastro do cidadão – o Sumário – como foi conduzido o atendimento e quais as estratégias traçadas para que a família tenha possibilidade de superar as situações de pobreza extrema, de risco

e de vulnerabilidade social por meio, sobretudo, da oferta de cadastro em programas de transferência de renda.

Uma vez que a família se encontra em situação de extrema pobreza, o psicólogo ou o assistente social dá início ao seu acompanhamento sistemático. Esse tipo de acompanhamento tem como prioridade a elaboração de ações que visam dar suporte ao usuário do sistema para pensar meios de superar a situação de vulnerabilidade e risco social. Essas ações exigem visita domiciliar para conhecer o contexto de vida do usuário do serviço e quais as precariedades e potencialidades de sua região de moradia. A proximidade gera um vínculo entre o profissional e o usuário, de forma que o frequentador do CRAS começa a associar o dispositivo a um lugar de acolhimento e de escuta.

Nesse contexto, são fundamentais para a garantia do acesso do cidadão aos seus direitos os encaminhamentos para a rede de serviços de outras Secretarias do município, como a Secretaria de transporte (muito procurada para vale-transporte social, que possibilita a gratuidade no transporte público para tratamento de saúde de caráter continuado), Secretaria de saúde (para marcação de exames, consultas de rotina, planejamento familiar, entre outros), Secretaria de educação (para vaga em creches e escolas), os Centros de cidadania (para documentação civil) e uma série de outros dispositivos que promovem os meios de viver em sociedade de forma digna.

Muitas vezes o cidadão desconhece ou precisa saber ainda mais sobre como conseguir atendimento nas outras Secretarias ou sobre como se inscrever no cadastro para o recebimento de benefícios eventuais ou continuados. Tanto o psicólogo quanto o assistente social atuam informando e facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços essenciais, o que torna imprescindível que a equipe do CRAS esteja continuamente atualizada sobre a rede de serviços disponíveis e mantenha um bom diálogo com os profissionais de cada setor. São comuns as visitas institucionais em que o psicólogo e o assistente social visitam tanto os dispositivos do SUAS quanto outras Secretarias responsáveis pela promoção de cidadania e qualidade de vida ao cidadão.

O psicólogo ainda participa de reuniões com toda a equipe do CRAS para discutir os casos em acompanhamento e traçar estratégias de intervenção com as famílias e com os atores do território que podem auxiliar no trabalho (como Organizações não governamentais, casas de cultura, templos religiosos de matriz africana, igrejas católicas ou evangélicas, e assim por diante). Outra de suas funções consiste na elaboração de relatórios para a Secretaria de Assistência Social do município, que, por sua vez envia os dados da população ao Ministério do Desenvolvimento e

Assistência Social, Família e Combate à Fome para efetivação de políticas públicas. O profissional também responde às solicitações de outras Secretarias, bem como ao Ministério Público do Estado, que conta com o vínculo entre o CRAS e o usuário para solicitar informações que devem ser concernentes à atuação do CRAS, tais como, pessoas em provável situação de risco ou de extrema vulnerabilidade social, situações em que há a necessidade de acompanhar a evolução dos atores envolvidos em algum conflito com a lei (por exemplo, uma mãe que consegue reaver os filhos outrora abrigados por maus tratos), crianças em idade escolar que não estão frequentando a escola, entre outros.

Para que haja um trabalho contínuo com as famílias que têm acesso ao CRAS pela primeira vez e que estão em situação de pobreza extrema, o Centro de Referência dispõe de dois serviços essenciais: o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O PAIF tem por objetivo promover uma melhor qualidade de vida ao usuário, garantindo acesso aos direitos fundamentais para a subsistência e prevenindo situações de violência e de vulnerabilidade social. O programa se materializa através de reuniões com os frequentadores do dispositivo, em que são apresentados temas relacionados às características socioeconômicas, culturais, geográficas e demográficas de sua área de abrangência, bem como é realizado tanto o acompanhamento sistemático quanto as visitas domiciliares pela equipe do CRAS.

Em articulação com o PAIF, o SCFV se estrutura a partir da formação de grupos de usuários, distribuídos de acordo com sua faixa etária e a problemática compartilhada, como, por exemplo, em grupos formados com pessoas que foram vítimas de violência, em grupos com pessoas com alguma deficiência física ou transtorno mental grave, entre outros.

O SCFV tem caráter continuado e segue um cronograma de atividades voltadas para desenvolvimento do sentimento de pertença de cada usuário ao seu território, para o fortalecimento dos laços afetivos entre as famílias e seu entorno e para a prevenção de situações de violência e insegurança alimentar (Brasil, 2017). Muitas vezes os grupos permitem uma maior aproximação do psicólogo com as questões subjetivas dos usuários e, nesses momentos, há o estreitamento dos vínculos entre os usuários e os psicólogos do dispositivo. Não são raros os relatos de mulheres que acabam por relatar vivências de violência doméstica e crianças que posteriormente chamam o profissional para dizer que estão vivendo situações de abuso ou de exploração sexual.

Uma vez que a criação de estratégias para fortalecimento do protagonismo, do sentimento de pertença e de vínculo dos frequentadores dos CRAS são objetivos fundamentais, cabe questionar

porque o financiamento para a política de assistência social é o menor entre todas as outras Secretarias. Importa destacar que os recursos necessários para criar espaços de discussão e horizontalidade nas formulações e planejamentos das ações da política não têm sido fornecidos.

Quanto aos recursos, pode-se elencar a insuficiência do número adequado de funcionários para o quantitativo de usuários de um serviço, a falta de veículo exclusivo para visitas domiciliares e institucionais, a falta de divulgação das Conferências de Assistência Social e das reuniões de Conselho em todos os territórios e a carência de espaço físico adequado (que caibam um grande quantitativo de usuários de cada CRAS) para participar destes eventos.

A noção de controle social como um dos eixos estruturantes do SUAS (Brasil, 2006), diz respeito ao acompanhamento e à vigilância das ações públicas (planejamentos e orçamentos para realizar as políticas de garantias de direitos dos cidadãos) pela população em espaços garantidos pela Constituição de 1988, regulamentados pela LOAS (1993). Assim nascem as Conferências de Assistência Social e os Conselhos de Assistência Social.

No entanto, os espaços criados pela PNAS como sendo de participação ativa pelos usuários da política de assistência ainda permanecem esvaziados e frequentados pelos gestores que trabalham nas Secretarias de assistência. Há um conflito entre o que é discutido e acordado, mas também uma evidência de que a condição de subalternidade da população segue reforçada pelos entraves concernentes à divulgação, à escolha dos dias e dos horários das reuniões de Conselho e das Conferências, assim como pela distância dos locais de moradia dos usuários e pelo desconhecimento do que é tratado nestes.

Nas Conferências de Assistência Social de que participei (nos anos de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2023) o objetivo principal era de avaliar a política de assistência social e criar propostas para o aprimoramento da oferta de serviços e do funcionamento do SUAS (Brasil, 2006). Promoveram debates de grande relevância e seguiram as normas de funcionamento orientadas pela LOAS, porém, tinham como frequentadores os trabalhadores do município, como palestrantes, os gestores da própria política e um número irrisório de usuários dos dispositivos socioassistenciais.

À divulgação apressada e insuficiente – feita muitas vezes pelos trabalhadores dos CRAS, que além das demandas de atendimento, visitas domiciliares e institucionais, planejamento de ações e relatórios, têm a preocupação de tentar alcançar ao máximo a população de sua área de abrangência, muitas vezes, sem sucesso –, somam-se as datas e horários que não privilegiam o que seria viável para a população-alvo.

As conferências acontecem nas esferas municipal, estadual e nacional. Nos municípios todos os cidadãos – usuários e interessados nas políticas de assistência – podem participar. Nas Conferências estaduais, participam os usuários e trabalhadores dos municípios eleitos por votos oriundos das conferências municipais (Brasil, 2006). Nesse momento, o deslocamento dos frequentadores do serviço, que chegaram à municipal, fica comprometido, uma vez que o centro do Rio de Janeiro é distante das periferias e os horários do evento são incompatíveis com os do cidadão que tenha quaisquer vínculos de trabalho. Na Conferência Nacional, participam os delegados eleitos nas conferências estaduais, geralmente, gestores e uma ínfima parte de trabalhadores e participantes da sociedade civil de cada Estado da Federação.

Os Conselhos de Assistência Social são organizados de forma que a sociedade civil e as instituições públicas e privadas possam fiscalizar e promover debates acerca da política de assistência e seus recursos para a promoção da cidadania em um município. Mais uma vez, os horários das reuniões e informações sobre como participar destas são pouco divulgadas, destaco que as datas, horários e lugares dos eventos são publicados no Diário Oficial (disponível no sítio dos municípios) para o cidadão que tiver acesso à internet.

É provável que a condição de vulnerabilidade dos usuários combinada às suas demandas por condições dignas de alimentação e moradia – que são urgentes – dificulte uma aproximação maior entre os trabalhadores dos CRAS e os frequentadores do serviço, bem como amplie nestes uma identificação com uma posição de subalternidade no contexto social. Portanto, retorno a questão de que ignorar o que há de singular nos usuários dos serviços de garantia de direitos produz efeitos políticos importantes, cabendo reiterar que também por isso clínica e política não se dissociam, na medida em que a escuta do sujeito em diferentes espaços pode abrir caminhos para uma mudança de seu posicionamento, seu olhar sobre si e suas relações, o que também tem consequências no laço social.

É comum escutarmos nos CRAS, por exemplo, relatos como: “Lá em casa sempre foi assim, ninguém estudou”, “Trabalho pra pobre é carregar carroça, catar latinha”, “A menina já é preta, ainda se veste mal, aí sofre bullying na escola”, que denotam questões que estão para além do individual e que podem ser remontadas até o período colonial do Brasil (1500-1822), que engendrou uma sociedade que mantinha pretos e pardos em condição de pobreza extrema e discriminação social. Na assistência social, existe uma série de expressões que se repetem e jargões por parte dos gestores, incorporadas pelos trabalhadores, que escamoteiam a questão social e sua

dimensão histórica, o que alerta para o risco de apagar as referências e contextualizações necessárias para trabalhar com os que estão desprovidos dos meios de produção do sistema capitalista, ficando às margens do laço social.

A expressão *em situação de vulnerabilidade*, por exemplo, encobre a violência de mais de 400 anos de escravização de negros africanos no Brasil (1530-1822), bem como os assombros de mais de vinte anos de uma ditadura militar (1964-1985). Acontecimentos que, ao término, não culminaram em políticas de reparação; pelo contrário, contribuíram para aumentar sobremaneira as desigualdades sociais e destituir determinados indivíduos de seus direitos fundamentais.

Na assistência social, usa-se a expressão *insegurança alimentar* quando, na verdade, a pessoa está com fome, desnutrida e sem condições de trabalho para conseguir alimentação adequada. Outro eufemismo é utilizado para pessoas sem casa, sem família ou ainda que sofrem violência doméstica ao dizer que estão *sob risco social*. A expressão *evadiu*, segue como sendo um grande enigma, quando um idoso ou criança fogem de um abrigo, uma criança não deseja mais frequentar a escola ou uma mulher decide sair da Casa de Passagem, *evadir* indica um total apagamento do que, de fato, aconteceu, como se o usuário dos serviços tivesse simplesmente evaporado e seu ato não fosse preñado de sentido, podendo ser contextualizado.

Pode-se localizar a composição de expressões que refletem um jogo de palavras que escamoteiam as bases pelas quais se assentam a intensa desigualdade social. Portanto, importa localizar nesses jargões o apagamento da relação entre o que há de singular em cada sujeito, sua rede de relações e seu contexto histórico, o que produz efeitos políticos importantes que atravessam o eixo fundamental do SUAS, o Controle Social.

1.2 A diversidade de abordagens e a atuação do psicólogo em política pública

Desde a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742 de 1993), era notável a urgência da criação de um arcabouço referencial que pudesse orientar as práticas dos psicólogos no que se refere ao atendimento às populações em situação de risco e de vulnerabilidade social. Para que tal urgência pudesse ser atendida, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado em 2006 com o objetivo de orientar o trabalho dos psicólogos que atuam em políticas públicas. O documento aponta que o trabalho do psicólogo no CRAS deve atentar para o fato de que:

As práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos histórico-culturais da sociedade em que se verificam, posto que se constituem mutuamente (CREPOP, 2007, p. 17).

Pode-se notar que a atuação do psicólogo em um CRAS deve excluir a patologização dos usuários do serviço em virtude de sua situação de vulnerabilidade, pois essa conduta envolve a redução do seu sofrimento a diagnósticos psiquiátricos, ignorando as circunstâncias sociais, culturais e econômicas que podem estar associadas ao agravamento dos fatores que levaram-no a adoecer.

Nesse sentido, tratar os usuários como objetos, sem considerar sua singularidade, reduzindo-os a diagnósticos ou a categorizações, conduz a uma prática que ignora o saber do sujeito sobre si mesmo, tornando-o apenas mais um caso a ser resolvido pelo profissional. Consideramos, assim, como fundamental que o atendimento no CRAS esteja pautado por uma abordagem que inclua a dimensão social, cultural, econômica e subjetiva das pessoas atendidas, buscando compreender suas trajetórias de vida, reconhecer seus saberes e suas múltiplas formas de viver.

Sendo assim, o psicólogo pode optar por uma diversidade de abordagens psicológicas para fundamentar a sua prática, contanto que a escolhida esteja de acordo com as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo (2005). O Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº18/2022) reitera que as práticas utilizadas por psicólogos devem, obrigatoriamente, ter relação com a ciência e a ética psicológica. Para isso foi criado, pelo órgão, um sistema de avaliação das práticas psicológicas. Cabe ressaltar que nas orientações técnicas para a atuação do profissional no campo da assistência social, não há a indicação da abordagem a ser utilizada pelo psicólogo, mas a observância dos deveres éticos do profissional e a manutenção das especificidades da disciplina e seu escopo teórico.

As Reflexões e Orientações sobre a Prática da Psicoterapia (CFP, 2022), destacam que as práticas psicológicas precisam ser discutidas com regularidade, na medida em que avançamos coletivamente em termos de conhecimento técnico e científico, e ainda, evidenciam que devem estar em conformidade com as leis vigentes, bem como com as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais da comunidade.

Logo, a escolha do referencial teórico pelo profissional psicólogo tanto preza por uma orientação específica – estabelecida pela Constituição Federal de 1988 –, quanto está em constante

revisão e aprimoramento, sendo impossível garantir uma unidade teórica ou ainda estabelecer a mais eficaz das práticas, uma vez que sempre se depende de um contexto e de sua finalidade.

Conforme afirma Garcia-Roza (1977), não há um critério preciso para avaliar se um saber é de cunho psicológico ou não. O autor expõe os desencontros que até hoje permeiam a discussão sobre a cientificidade da psicologia, questionando de que ciência se trata quando se qualifica um saber a partir de sua unidade e a possibilidade de ser sistematizado através de um modelo matemático.

Garcia-Roza (1977) problematiza a ideia de que a forma unívoca de tornar uma disciplina científica seria através de sua formalização matemática. Em seu argumento, o autor questiona se o fato de não ser científica nos moldes em que foram formalizadas as ciências naturais faz da psicologia menos eficaz ou exclui a possibilidade de sua existência. Dessa forma, o autor afirma que nem mesmo as disciplinas ditas científicas têm uma identidade tal que não se sirvam de múltiplas formas para explicar determinados conceitos. Nessa direção, Garcia-Roza (1977) reitera que:

Claro está que não estamos à procura de uma unidade teórica, pois que esta não existe em ciência alguma. Procuramos tanto identidades como diferenças, e o fato de pretendermos mostrar que aquilo que se denomina de psicologia é um imenso espaço de dispersão do saber, constituído mais por diferenças do que por identidades, não implica num menosprezo por este saber, nem tampouco numa negação de sua eficácia (p. 4).

Com isso, a diversidade de saberes da Psicologia produz efeitos nas formulações sobre o campo, que o autor situa de dois modos distintos, sendo o primeiro a partir da noção de uma diversidade de abordagens e perspectivas – o que denotaria um campo complexo, mas frutífero para pesquisas e intervenções –, e o segundo o de ter para com essa diversidade de saberes uma desconfiança, como se uma unidade teórica pudesse garantir a eficácia de uma atuação profissional.

Desses dois efeitos, Garcia-Roza (1977) ressalta que a pluralidade de conceitos não altera o objeto a ser estudado e que cientista nenhum tem por objeto a realidade empírica, mas sim os conceitos produzidos pelas ciências. Dessa forma, o autor assinala a justificativa superficial de que há uma infinidade de teorias em psicologia por conta da complexidade do homem, ao mesmo tempo em que ignora, com isso, a complexidade de tudo aquilo que há na natureza e que não é homem.

Garcia-Roza (1977) sustenta sua argumentação de modo tão palpável que aqui cabe reproduzir: "não é a pedra, o fogo ou a árvore individuais e concretos que fazem dela uma ciência,

mas os conceitos de gravitação, energia, campo de forças etc., que constituem seu objeto teórico" (p. 3). Desse modo, o autor anuncia que o cientista produz um objeto que não pode ser reduzido a outros conceitos. Assim, reitera que propõe uma nova análise, que pretende localizar as condições de emergência do saber psicológico.

Nesse sentido é que advém a afirmação de que a psicologia é um espaço de dispersão do saber, uma vez que nem mesmo dispõe de um lugar rigidamente constituído, podendo ter espaço tanto nas ciências físicas e biológicas quanto no que designamos por ciências humanas. Isso faz com que Garcia-Roza (1977) conclua que não existe um só critério capaz de afirmar que isto ou aquilo é ou não é Psicologia.

Assim sendo, considero que um saber psicológico é varia de acordo com a cultura, as relações e os modos de viver do homem em sociedade. Nessa direção, Massimi (2009) estabelece que:

Nessa perspectiva, pode-se definir a História dos saberes psicológicos como: aquele âmbito que se ocupa daqueles aspectos específicos da "visão do mundo" de uma determinada cultura, relacionados a conceitos e práticas que na atualidade podem ser genericamente entendidos como psicológicos. A definição do que é psicológico deve permanecer necessariamente indeterminada e vaga, sendo uma denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer das pesquisas pela terminologia e demarcação de campo próprio aos específicos universos sócio-culturais estudados (p. 16).

Ou seja, a indefinição do que é psicológico é fruto das próprias transformações da cultura, que se altera de acordo com a visão de mundo que rege as relações sociais em um determinado contexto e período de tempo. Logo, a estruturação de livros sobre a história da psicologia e dos saberes psicológicos só pôde ser feita a partir de uma análise que leve em consideração uma série de conceitos que, ao longo da história da humanidade, tentaram isolar sistematicamente o funcionamento do pensamento, da inteligência, do comportamento e dos afetos de homens e mulheres em cada tempo da história.

Estendendo essa argumentação, se pode observar que essa mesma dinâmica também pode ser aplicada a cada vez que o discurso das classes dominantes e suas aspirações sobre a relação entre os homens e o projeto de sociedade de determinado período histórico com uma produção de saber específica é articulado. Diante disso, se pode afirmar que não há a possibilidade dos saberes sobre o homem e a sociedade estarem desvinculados do sistema político vigente na época de sua estruturação.

É possível, então, verificar um cenário em que uma determinada produção de saberes sustentou os paradoxos encontrados na formação da sociedade brasileira. Importa, então, analisar os discursos pautados no que aqui considero chamar de saberes psicológicos para sustentar práticas de dominação e exploração, a fim de questionar e subverter essa lógica para que surjam novos modos de lidar com o sofrimento e o mal-estar das pessoas em vulnerabilidade extrema.

Portanto, cabe destacar a importância do contexto histórico para o desenvolvimento do pensamento sobre o homem e a sociedade e reitero que o modelo econômico e a divisão dos cidadãos em classes sociais têm relação direta com cada produção teórica ou pesquisa científica. Sendo assim, compreender a relação entre a história da formação da sociedade brasileira e o desenvolvimento dos saberes ditos psicológicos até que a psicologia passa a ser regulamentada (1960) auxilia na compreensão das especificidades da atuação do profissional no campo da assistência social.

1.3 A questão social e a regulamentação da psicologia enquanto profissão

A formação da sociedade brasileira tem por base um processo de colonização e aculturação dos seus povos originários, iniciado com a invasão de Portugal (1500) e o estabelecimento da colônia portuguesa em suas terras. Sendo assim, Schwarcz e Starling (2015) asseveram que “catequese e civilização eram os princípios centrais de todo o projeto de colonização, justificando o aldeamento, a localização próxima das aldeias, o uso da mão de obra nativa e a obrigatoria administração jesuítica” (p. 63). Com esse direcionamento, os povos originários do Brasil passam a ser doutrinados através de ensinamentos estranhos à sua cultura, ao mesmo tempo em que passam a ser coagidos – mediante a exploração de sua força de trabalho –, questionados em seus hábitos e proibidos de praticar seus ritos.

De acordo com a autora Marina Massimi (2009), ainda em 1543, nos escritos atribuídos ao padre Manuel de Góis (1543-1597) é possível localizar uma sistematização de saberes que intentam produzir um conhecimento sobre a alma e o comportamento humano. Nesse contexto, teólogos, médicos, físicos e educadores passaram a sistematizar saberes de cunho psicológico formando um conjunto de hipóteses sobre o funcionamento mental, o comportamento humano e os afetos e esse esforço coletivo passou a circular pela colônia. Pode-se observar que tais teorizações

foram estruturadas com base no sistema de valores e crenças de uma classe dominante, que se caracteriza por ser branca e de origem europeia. De acordo com Antunes (2012):

Os saberes psicológicos na colônia não são homogêneos, mas internamente contraditórios, e expressam as relações de exploração da metrópole sobre a colônia. Percebe-se que os saberes psicológicos compõem-se de ideias que dão sustentáculo à empresa colonial e de ideias a estas contrapostas, que também se manifestam em sua originalidade na perspectiva do conhecimento sobre o fenômeno psicológico. Pode-se dizer que o entendimento dessas contradições do processo de colonização é fundamental para a compreensão das contradições dos saberes psicológicos (p. 49).

A autora salienta, portanto, que a construção de saberes psicológicos é acompanhada tanto pelas imposições das ideias e dos projetos de um grupo privilegiado de pessoas quanto pelos questionamentos que tais ideologias podem suscitar. Dessa forma, a história da psicologia mostra suas inflexões e, portanto, a necessidade de uma revisão crítica das práticas engendradas em cada momento da história.

Os saberes de cunho psicológico seguem pautados em hipóteses que representam as necessidades do Brasil pós-colonial. Antunes (2012) ressalta que, até a era Vargas, pouca coisa mudara na condição dos ex-escravizados, bem como na associação entre o discurso dos saberes médicos e psicológicos com o ideário das classes dominantes. Em suas palavras:

(...) ideias racistas, cada vez mais fortes e elaboradas, preocupadas em garantir não só a supremacia étnica de base europeia, mas também em segregar ou eliminar a presença de outras origens étnicas e raciais na formação social brasileira. Coube ao pensamento científico, representado principalmente pelo poder médico, construir o discurso que sustentava tais ideias, dentre estas, muitas relacionadas ao fenômeno psicológico (Antunes, 2012, p. 50).

Antunes, assim, pontua que com a finalidade de marginalizar e segregar pessoas cujas raízes familiares traziam ex-escravizados, sejam indígenas ou afrodescendentes, foram estruturadas as associações entre cor de pele e grau de periculosidade, etnia e incapacidade intelectual, e outras articulações supostamente científicas que jamais consideraram o fato de que estratégias de sobrevivência foram construídas na mesma medida em que não havia políticas públicas de acesso à educação, ao emprego e à habitação.

Muitos movimentos sociais ocorreram no Brasil no século XIX reivindicando direito ao voto, redução da jornada de trabalho e melhores condições de labor para a classe operária. Ao mesmo tempo em que a sociedade se articulava em torno dessas demandas urgentes, os saberes psicológicos ganharam contornos mais atentos à questão social, surgindo cursos em universidades

do Rio de Janeiro e da Bahia que uniram estudos em psicanálise, antropologia e sociologia. Em 27 de agosto de 1962 a Lei 4119 passa a reconhecer a profissão de psicólogo, sistematizando um currículo para a formação de profissionais, assim como normativas para a atuação (Antunes, 2012).

A regulamentação da profissão de psicólogo facultou a proliferação de cursos de graduação na área, mas, apenas dois anos após a regulamentação da profissão, o país sofre um golpe militar que instaura a ditadura. De acordo com Hur (2012), “as associações profissionais dos psicólogos (...) priorizavam as questões organizativas e técnicas da profissão e se afastavam dos temas políticos que poderiam entrar em conflito com o Estado ditatorial (p.79)”. Essa omissão, porém, não impediu que um coletivo de psicólogos passasse a se reunir e a criticar o sistema vigente. Sobre esse movimento, Hur explicita que:

(...) No que se referia aos casos de tortura durante a ditadura militar, as entidades de Psicologia preferiram se omitir e havia a queixa de que vários psicólogos visitavam o CRP e o SPESP e mal eram recebidos. Dessa forma, psicólogos se reuniram à parte de suas associações, fizeram discussões sobre a profissão e a realidade sociopolítica do Brasil e decidiram em 1979 montar uma chapa para concorrer nas eleições do Sindicato, assumindo um caráter combativo às práticas políticas das gestões das associações da década de 1970. Venceram as eleições. Esse grupo fez uma chapa para concorrer às eleições do CRP, também vencendo, e mostrou a entrada da “esquerda política” nas associações de Psicologia (Hur, 2012, p. 79-80).

O coletivo de psicólogos formado inicialmente em São Paulo venceu as eleições do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP) na década de 1970. O coletivo buscou por romper com o discurso dominante ao promover questionamentos da função do órgão como puramente regulador e disciplinar passando também a refletir sobre práticas de exclusão, de violação de direitos de cidadania e a repensar a interlocução entre direitos coletivos e individuais.

Nesse contexto, eclodiram diversos movimentos sociais em que intelectuais, estudantes e operários, diretamente impactados pela falta de direitos trabalhistas e pela crescente desigualdade social, passam a reivindicar o fim da ditadura. A respeito desses movimentos, Del Priore e Venâncio afirmam que:

Entre 1977 e 1983, o número de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a um dólar por dia aumenta de 17 milhões para 30 milhões. Se no passado a pobreza é registrada mais frequentemente no campo, dando origem a formas de banditismo rural como o cangaço, agora ela tem a cidade como principal espaço. Acompanhando o quadro de empobrecimento da população, a criminalidade urbana expande-se rapidamente, e a ela associa-se o tráfico de drogas (Priore; Venâncio, 2010, p. 361).

Com o endurecimento da violência praticada pelo regime militar associada à escalada da violência urbana e do aumento da pobreza nos grandes centros da cidade, ocorreu o aumento da pressão popular, o que fez com que, em 1984, movimentos sociais ganhassem as ruas, culminando com o fim da ditadura, em 1985. Hur destaca que:

(...) a atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) se politizou, focalizando questões de lutas políticas nacionais gerais, que antes não eram discutidas, como a questão do movimento das ‘Diretas Já’ e de uma ‘Assembleia Constituinte cidadã’ (Hur, 2012, p. 81).

Com efeito, os profissionais começam a se comprometer com o contexto social de sua época, passando a repensar o ofício do psicólogo em diversos contextos e a traçar meios de pensar a questão social através de um discurso de “compromisso social”. Miron e Guareschi asseveram que:

O discurso do Compromisso Social parece favorecer uma postura na qual a Psicologia se mostra engajada politicamente com a transformação social, mas, ao mesmo tempo, negocia com o Estado para ampliar seu campo de atuação profissional. Compreendemos que esta postura seja estratégica para as representações institucionais da profissão no diálogo com os agentes que representam a gestão do Estado, em busca de pontos de convergência entre interesses dos profissionais e interesses da sociedade. Entretanto, em um momento histórico no qual estamos vivendo um forte retorno de movimentos conservadores e a sociedade em geral tem acolhido e apoiado manifestações da violência de Estado, fica evidente a necessidade de reflexão sobre até onde ir nesse processo e se ele é capaz de propiciar as transformações que a profissão tem pautado (Miron; Guareschi, 2017, p. 359).

Do diálogo entre o compromisso com as questões sociais e os interesses do Estado – a fim de promover um aumento do campo de atuação, mas sem perder a ética de uma prática que considere o contexto social –, se pode pensar os obstáculos e as vias que auxiliam na construção de uma atuação frente à violência dos sistemas econômico e político. Sendo assim, o profissional acaba por reconhecer em sua prática os limites impostos pelo neoliberalismo enquanto sistema de exclusão. Tendo como pressuposto essa interação entre o sistema econômico com a prática laborativa do psicólogo, Chaves e Gehlen (2019) enfatizam que:

Desde as duas décadas finais do século XX as ideias neoliberais dominam as práticas governamentais e se inscrevem nos processos político-culturais, configurando a política social com um perfil assistencialista. Ao longo desse período, propagou-se o discurso da necessidade de redução da atuação do Estado, prevalecendo a ideia de um mercado máximo e consolidando a concepção dominante de que o Estado não deve agir orientado pelos princípios e regras de justiça social. O resultado dessa lógica se expressa em uma

profunda regressão no âmbito da proteção social e um aumento vertiginoso da precarização do trabalho, que vem intensificando a ampliação da pobreza, dificultando o acesso a renda e aprofundando as desigualdades sociais (p. 290-291).

Dessa forma, o psicólogo, principalmente aqueles que atuam no campo das políticas públicas, encontram-se inseridos em um complexo paradoxo provocado pelos interesses políticos e econômicos. Por um lado, de acordo com a PNAS, é defendido que a redução das desigualdades sociais depende de um forte e ampliado investimento em políticas públicas a fim de garantir oportunidades de acesso a todos os cidadãos de forma igualitária em programas de estudo, lazer, cultura, poder de compra e melhores salários. Por outro, essa perspectiva entra em uma relação de conflito com a política neoliberal atual, onde o crescimento econômico tem a primazia.

Sendo assim, as interferências no setor econômico que favorecem as privatizações, dificultam a ascensão de pequenos empresários e criam vínculos de trabalhos precários gerando uma ilusão de desenvolvimento que mascara uma concentração de riqueza cada vez maior. Ou seja, o sistema político e seus desdobramentos não podem ser ignorados, muito menos tratados como uma eventualidade da história do Brasil. Por isso, é necessário que se questione constantemente a atuação dos atores envolvidos e as linhas de força que compõem o quadro social.

Dessa forma, ainda que a questão social tenha sido reconhecida e a garantia das liberdades individuais tenha sido exigida por diversos setores da sociedade civil no ato da criação da Constituição Federal de 1988, o sistema vigente tem por base uma estratificação social que precisa ser entendida como norteadora para a construção de políticas públicas condizentes com o quadro social.

Portanto, o trabalho do psicólogo na assistência social combina o conhecimento dos processos históricos que levaram ao quadro social atual com a escuta do cidadão que chega ao serviço, a fim de não reproduzir situações de preconceito, segregação e manutenção das vulnerabilidades dos frequentadores do dispositivo. Logo, o trabalho do psicólogo no SUAS, ignorando a história do país, não colabora para a redução das desigualdades sociais, mas sim, para um gerenciamento da pobreza que mantém a condição social e econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade extrema.

Sendo assim, a atuação profissional do psicólogo no campo da assistência social se situa na interface entre o contexto histórico, suas implicações na vida dos usuários do CRAS e o sofrimento associado ao grau de extrema pobreza e risco social a que estão submetidos. Nesse sentido, a ampliação da compreensão sobre a noção de garantia aos direitos sociais depende da relação entre

a cultura e os processos políticos, econômicos e culturais que atravessam o território e a história de vida de cada usuário, permitindo intervenções que possam ser, ao mesmo tempo, específicas para o usuário do serviço e coletivas, ao fortalecer as possibilidades de transformação social.

2 ENTRE O CAMPO DO SUJEITO E O TRABALHO DO PSICANALISTA EM DIFERENTES CONTEXTOS

Neste, as noções de sujeito, de inconsciente e de transferência serão trabalhadas com a finalidade de situar a diferença essencial entre uma noção de subjetividade pautada pela relação entre a razão e a consciência. Assim, será possível estabelecer a diferença de uma escuta que tem por referencial o método psicanalítico tal como formulado por Freud. Com Lacan, será possível analisar a relação entre o sujeito e o Outro para compreendermos o campo do sujeito.

2.1 O inconsciente e sua sintaxe: situando o campo do sujeito

Freud (1996) na obra *A interpretação dos sonhos*, demonstra que o essencial se passa fora do campo da razão. O autor demonstra que há um trabalho psíquico que ocorre na ausência da consciência, e que através do método psicanalítico (associação livre), pode ser interpretado. De acordo com Garcia-Roza (2009), Freud, assim, rompe radicalmente com a concepção de subjetividade identificada com a consciência – dominada pela razão.

Nessa direção, Vorsatz afirma que:

(...) o inconsciente freudiano se demarca de um puro “algo antes da consciência” primitivo e/ou involuntário. Não obstante, Freud afirma seu caráter primário; mas se o inconsciente justamente não é obscuro, irracional, ou ainda o substrato mais primitivo da consciência, então isto significa que o inconsciente é primeiro, vale dizer, é determinante na ordem psíquica, ao passo que consciência é apenas secundária – isto é, coadjuvante e também menos importante (Vorsatz, 2016, p. 174).

Assim, o inconsciente pode ser identificado como uma instância primária, ou seja, anterior à consciência e constitutivo do sujeito. Este se constitui de representações de palavras e de conteúdos que foram abolidos da consciência, portanto, possui uma ordem e uma estrutura. Então, a associação livre na situação analítica permite acessar essa determinação do inconsciente, que se revela nas lacunas das manifestações conscientes (Garcia-Roza, 2009).

Nesse sentido, Lacan (1998) afirma que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, contendo formações como sonhos, lapsos, atos falhos, chistes e sintomas (Garcia-Roza, 2009). O autor distingue o significante e o significado, quebrando a unidade do signo proposta por Saussure. A cadeia dos significantes é responsável pela produção de significados e fornece o substrato topológico ao signo lacaniano.

Isso faz com que a linguagem seja fundamental na teoria psicanalítica, pois é através dela que construímos nosso mundo simbólico e transformamos nossa realidade. Dessa forma, a metáfora, enquanto recurso fundador da humanidade, uma vez que reflete e dá sentido a uma interpretação singular do mundo por parte de um sujeito, traduz o meio pelo qual não somente entendemos e intervimos no mundo, mas a via também pela qual transformamos em sintomas as dores de nossa existência. Nessa direção, Lacan (1998), afirma que “é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (p. 277). Nesse sentido, o autor ressalta:

Nossa doutrina do significante é, para começar, disciplina na qual aqueles a quem formamos se exercitam nos modos de efeito do significante no advento do significado, única via para conceber que, ao se inscrever aí, a interpretação possa produzir algo novo. Pois ela não se fundamenta em nenhuma assunção dos arquétipos divinos, mas no fato de o inconsciente ter a estrutura radical da linguagem, que um material funciona nela segundo leis, que são as descobertas pelo estudo das línguas positivas, das línguas que são ou foram efetivamente faladas (Lacan, 1998, p. 600).

Logo, é através da compreensão dos efeitos da linguagem que a interpretação pode produzir algo novo. Assim, os significantes que se repetem nas falas de um sujeito em análise

denotam um sentido próprio, singular, que traduzem a metáfora de suas dores e de seu desejo, interpretados na intercessão entre as formações de seu inconsciente e de sua história de vida.

Ainda segundo o autor, não se pode conceber a existência do sujeito sem considerar sua relação com o universo simbólico e cultural que o cerca, o que o leva a introduzir uma noção fundamental para o entendimento do campo do sujeito, que é a do grande Outro. O autor adverte que não está se referindo ao outro como identidade e, sim, ao Outro que retorna enquanto imagem ideal do sujeito, ou seja, o Outro enquanto alteridade – que demarca uma diferença radical.

Lacan (1998) ressalta que o Eu é uma construção imaginária, afirmando que o sujeito analítico não é o livre de conflitos e, portanto, integral ou indivisível, uma vez que todo sujeito é marcado por essa alteridade radical sustentada no campo da linguagem. Dessa forma, observa que é desse Outro “que se trata na função da fala” (p. 297), demarcando a relação entre a cultura, a história e as relações de um sujeito para compor sua visão de mundo e estabelecer comunicação com os outros.

No Seminário sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, Lacan postula que o sujeito se constitui dos significantes provenientes do campo do Outro. Com isto, ressalta os efeitos da palavra e suas consequências no corpo e na vida do sujeito. Sendo o sujeito efeito do significante e o significante totalmente enigmático, o autor sustenta que essa falta aponta para uma não complementaridade. Com essa asserção, Lacan demonstra a impossibilidade de uma unidade, de um Eu harmônico, ou seja, o campo do sujeito é o espaço da incompletude, da divisão e da impossibilidade de satisfação e comunicação plena.

2.1.2 Da noção de transferência às possibilidades de atuação do psicanalista em diferentes campos

Em um artigo de autoria de Sigmund Freud (2021b), a psicanálise é descrita como um procedimento no qual o analista se abstém de formatos pré-estabelecidos de entrevistas e deixa que o paciente fale o que lhe vier à cabeça – regra fundamental da análise, nomeada por Freud como associação livre. Freud fundamenta, com isto, o conceito de transferência, o identificando na clínica como um amor autêntico por parte do analisando e que é direcionado ao seu psicanalista. Nessa direção, o manejo da transferência – saber como lidar com esse amor de transferência – se torna elemento primordial, uma vez que viabiliza uma intervenção por parte do analista.

Esse amor em nada tem a ver com as características físicas ou pessoais do psicanalista, mas é condição da análise e permite que o paciente repita com o analista os seus modos de relação com os objetos de amor outrora escolhidos. O autor ressalta que o amor de transferência “não traz um único traço novo, oriundo da situação presente, mas é composto integralmente de repetições e retomadas de relações antigas, até mesmo infantis” (p. 175). Sendo assim, Freud demonstra que o caráter de todo enamoramento é a reedição de traços que repetem as relações interpessoais do paciente desde a sua primeira infância.

Com o conceito de transferência, Freud insere o real da experiência humana, que se apresenta nas relações de afeto entre as pessoas em seu cotidiano. Uma vez que reflete a matriz em que foram forjadas as escolhas amorosas do paciente e quais os efeitos destas em seu modo de lidar com o outro. Elia (2010) destaca que:

Não se trata aqui de entender o amor em sua configuração restrita de amor voltado para a satisfação sexual entre parceiros, que é apenas uma de suas formas, mas como o conjunto de todas as manifestações do afeto, como dimensão da experiência humana que, ancorada na palavra, na condição de falante do sujeito, ultrapassa, contudo o plano do que é representável pelas palavras (p. 32).

Elia (2010) ressalta, então, que a palavra afeto deve ser entendida como o resultante das relações interpessoais e seus efeitos no corpo e na vida psíquica de um sujeito inserido em um contexto. Portanto, no campo da transferência o sujeito não somente conta a sua história, mas a atualiza para, enfim, elaborar suas vivências, dando-lhes novas significações.

Nesse sentido, Freud (2021b) descreve que durante o relato de um paciente sobre a sua história, podem ser notadas lacunas que, ao longo da análise, emergem através dos sonhos, dos atos falhos e dos chistes. Seguindo a proposição freudiana, Elia, assevera:

Só a fala permite que o sujeito, que emergirá nos tropeços das intenções conscientes daquele que fala, possa, além de emergir nesses tropeços, ser reconhecido como tal pelo falante, que, a partir desse reconhecimento, não será mais o mesmo porquanto terá sido levado a admitir como sua uma produção que desconhecia, mas que, ainda assim, faz parte dele (Elia, 2010, p. 23).

Ou seja, os equívocos que emergem na fala do sujeito em análise permitem a emergência das representações de ideias que lhe geram sofrimento e mal-estar, bem como um posicionamento deste acerca de suas escolhas e de suas relações com o mundo e com os outros. Portanto, essas representações seguem recalcadas e nesse processo podem advir; levando o sujeito a um

reconhecimento e a uma tomada de posição frente aos seus processos inconscientes. Pode-se, então, concluir que há pensamentos suprimidos da consciência por seu conteúdo insuportável, o que leva Freud (2021a) a formular o conceito de recalque.

Freud (2021a) observara que o recalque produz efeitos no sujeito, tais como sintomas e adoecimento psíquico. No entanto, o autor destaca que comunicar ao sujeito o porquê de ele ter censurado uma ideia não anula seus sintomas. Uma vez que nos deparamos com a divisão do sujeito e a polissemia dos significantes que o engendram, podemos apostar em uma reformulação do sofrimento e das demandas que o cidadão traz em cada campo de trabalho em que o psicanalista se encontra.

2.1.3 O que se escuta em um CRAS

Tarsila⁴, que vivia sozinha com o filho diagnosticado com autismo, sem nenhum familiar próximo e que viera para o Rio de Janeiro com o companheiro que a abandonou quando soube que sua gravidez era gemelar. Tarsila compareceu ao CRAS antes do ano novo (2022), disse que veio desejar “boas festas”, mas, na ocasião, contou, aos prantos, como perdera um dos gêmeos, ainda no puerpério, e como tinha sido viver essa fatalidade (a morte de um dos filhos) com um bebê em uma cidade desconhecida.

Em dezembro, ela já estava recebendo o Benefício de Prestação Continuada da Pessoa com Deficiência (de um salário mínimo para famílias sem renda e que possuem uma pessoa com deficiência em casa). Apesar de, supostamente, não ter mais nada a pedir, comparece ao CRAS com regularidade e a cada nova visita conta parte de sua história, passando a repetir que mesmo que o filho esteja inserido nos lugares de acompanhamento de sua condição, é no CRAS que ela sente um protagonismo, uma “atenção só pra ela”.

O exemplo de Tarsila é significativo na medida em que se compreende que foi seu atendimento inicial que permitiu que o CRAS a auxiliasse em sua demanda por renda. No entanto, são muitos os casos em que a demanda inicial logo se transforma naquilo que simboliza uma

⁴ Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

atenção singular que desloca a sua queixa inicial para um desvelamento de sua condição de sujeito – que está para além de suas necessidades materiais.

José, outro usuário do Centro de Referência, alerta para a questão da concepção dos munícipes da região acerca das oportunidades dispostas no mercado de trabalho. Ele diz: “Não tem motivo estudar. Aqui em Queimados, pra ter bom emprego não basta só terminar os estudos. Pra trabalhar no Rio, não vale a pena, muito tempo dentro do trem e o patrão não quer cobrir a passagem”. Ainda assim, o jovem senhor de 40 anos se lamenta do que chama de “Tempo perdido” e expressa descontentamento na frase: “Querer essa merreca eu não queria, depender disso (...), mas é isso, dei mole na vida”.

A sensação de fracasso está presente em repetidas falas e muitos associam a pobreza unicamente a uma incapacidade para o estudo, como Marta, que diz: “Nunca entendi de escola, estava sempre cansada, cuidei dos meus sete irmãos, ah, sempre fui meio burra”. Já Fátima diz ter a certeza de que, estudando ou não, seu destino seria: “Trabalhar em casa de família”, porque “Preta desse jeito, a contratariam para mais o quê?”. Em inúmeras falas podemos perceber como o histórico do município, a precariedade das políticas públicas e os índices de violência combinam situações em que o cidadão se vê desamparado e incapaz de mudar de vida.

No CRAS, os Serviços de Convivência são atividades coordenadas pelos técnicos de nível superior. São reuniões sistemáticas que têm por objetivo buscar por meios para incidir sobre o discurso dos usuários, com a finalidade de iniciar reflexões que possam levá-los a reescrever suas histórias, produzindo novas narrativas sobre si, possibilitando transformações em suas relações com a vida e com os outros. Não há a intenção de estabelecer uma clínica nos moldes de um consultório particular dentro dos CRAS, porém os encontros sistemáticos produzem efeitos sobre o olhar que os usuários têm de si e de sua trajetória.

Nesse sentido, se pode notar que a clínica não se faz somente em consultórios particulares e que pode ser utilizada uma estratégia de escuta que permita pensar novos rumos para a vida de pessoas já desesperançadas e em grande sofrimento. Dessa forma, as mulheres inscritas no PAIF, ao realizarem um acompanhamento sistemático, acabam por procurar a unidade, trazendo-nos as mais variadas problemáticas, tais como dúvidas na educação dos filhos, medo de morrer, brigas com vizinhos, tristeza e solidão, entre outras situações. Nos SCFV, os profissionais buscam por tratar da repetição das narrativas que desvelam tanto uma problemática estrutural – como o número

de mulheres desempregadas e em situação de vulnerabilidade – quanto às subjetividades, o que acaba nos levando a acompanhar o que escapa ao coletivo, retornando a cada fala individualmente.

A idosa Léa relata que “estava morta”, mas ao ser encaminhada para o Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade (CELTI) e passar a frequentar os serviços de convivência, natação e dança, “reviveu”. Relata que não deixará de ir ao CRAS “dar notícias” e sempre que retorna nos conta um “pedaço” de sua história, repensando a criação dos filhos e a educação que recebeu de sua família para “fazer diferente” na criação dos netos.

Um senhor endividado, Hélio, procurou o CREAS e o CRAS e, de acordo com os relatórios técnicos, a falta de uma rede de saúde mental próxima, atrelada à troca da equipe na unidade de atendimento, fez com que, ao chegar no CRAS, eu tivesse que arquivar sua ficha (quando a pessoa morre e reside sozinha, sua ficha de cadastro do CRAS é arquivada). Hélio é mais uma pessoa com vínculos frágeis na trama social e que tirou a própria vida. De acordo com a psicóloga que estava lotada na unidade, nas duas vezes que o vira, o senhor lhe disse que “Não valia nada, que preferia morrer a ser pedinte”.

Assim para além das demandas de ordem material, escutamos um sofrimento articulado a situações de pobreza extrema. Estes traduzem a permanência de um lugar em que não somente o município de Queimados se encontra, mas muitas outras zonas periféricas. Cabe ressaltar, que o modelo neoliberal serve de sustentação para manter a mão-de-obra barata, o controle social por meio da pauperização e a gestão de vulnerabilidades.

3 A BAIXADA FLUMINENSE E O SUAS

Apresento neste capítulo uma breve análise dos determinantes históricos que estruturaram a região da Baixada Fluminense a fim de promover reflexões sobre as relações entre contexto histórico, a criação do SUAS e as especificidades de um CRAS situado nessa região. Posteriormente analisarei os dados do CRAS de referência para este estudo e assim, articular neoliberalismo, vulnerabilidade social e sofrimento psíquico.

3.1 Articulações entre necropolítica e manutenção da pobreza na Baixada Fluminense

De acordo com a Câmara Legislativa do Rio de Janeiro⁵, a Baixada Fluminense é formada por regiões que cresceram de modo irregular, sem planejamento e, portanto, sem a garantia de serviços públicos de qualidade para a população. A produção agrícola na região, anteriormente à sua massificação, era diversa. Existiam plantações de cana-de-açúcar, café e laranjas, porém, a ascensão da região dependia de sua alta capacidade de escoamento de produtos por via de seus rios e afluentes. Com isso, em 1840, a população escravizada chegava a 62% da população total da região (Alves, 2020).

⁵ Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

José Cláudio Souza Alves – pesquisador e morador da região – desenvolveu estudos sobre a escalada da violência na região (2020), afirmando que um grande questionamento das autoridades locais sempre foi a resistência e a capacidade de sobrevivência que os escravizados tinham ao fugir das fazendas e se organizarem em quilombos. Os quilombos se formaram entre as freguesias de Nossa Senhora do Pilar (atualmente Nova Iguaçu) e Santo Antônio de Jacutinga (atualmente Mesquita), e seus habitantes viviam da caça, da pesca e da venda de produtos excedentes da agricultura de subsistência e do extrativismo de madeiras. Porém, os registros jornalísticos, que relatavam os interesses dos proprietários de terras da região, clamavam por justiça e afirmavam que os quilombolas viviam de assaltos aos barcos e boiadas que atravessavam a região.

Se, por um lado, os quilombolas trabalhavam para manter sua sobrevivência, barqueiros que com eles não negociassem supostamente teriam sua carga roubada e a madeira extraída pelos quilombolas chegava à Corte a preços mais atrativos. Nesse sentido, Alves (2020) supõe que “a extensa discussão sobre as estratégias para pôr fim a esses quilombos nada mais era do que uma encenação patrocinada pela retórica burocrática das autoridades da província, algo que aplacasse a ira da imprensa e dos que estavam fora do negócio” (p. 92).

Com a construção da rede ferroviária (1858), diversos cidadãos de múltiplas regiões do Brasil passaram a ocupar os novos loteamentos à procura de oportunidades econômicas geradas pelo escoamento de produtos agrícolas para comercialização no centro do Rio de Janeiro. Assim, o impacto dessa ocupação foi a formação de uma população proveniente de diversas regiões do país, composta também por muitos escravizados. Por ser longe da metrópole, todos possuíam péssimas condições de habitação e de trabalho (Carlos, 2022).

A Baixada Fluminense, progressivamente, entra em decadência na medida em que diversos investimentos ampliam a zona portuária do Rio de Janeiro e a rede de transportes por trilhos se moderniza. A região passa de lugar necessário, que atendia as demandas da metrópole por meio de suas plantações e distribuição de suas produções por meio dos rios que cortavam seu território, à lugar puramente de passagem, ocasionando alta no preço dos alimentos e sua escassez. Além de tornar a região um ponto de trânsito, a desestruturação também fez com que um surto de cólera dizimasse grande parte da população escravizada e, depois, uma grave epidemia de malária (1905) acabou por comprometer a vida dos sobreviventes (Alves, 2020).

Entre os anos de 1930 e os anos de 1940, o loteamento e o desmatamento incontável se estabeleciam enquanto modelo de ocupação. Nesse sentido, Alves (2020) ressalta que a tradição

de ocupação da região sempre foi pautada na “devastação pura e simples para a maximização de investimentos” (p.83), o que resultou na exploração inadequada do solo para o cultivo de cana-de-açúcar e no desmatamento desordenado para fornecer lenha aos engenhos. Nesse momento, conflitos por terras mal distribuídas e revoltas populares devido às péssimas condições de vida configuraram os motivos pelos quais a região se tornou cada vez mais violenta, o que o autor toma como “estratégia coletiva” (p.150) frente a total ausência do Estado.

Pode-se observar, então, que a região da Baixada Fluminense se desenvolve não apenas a partir de conflitos por terras, da escassez dos ambientes de trabalho, da carência de saneamento básico e de luz elétrica, mas também como periferia responsável por abrigar tudo àquilo que não pode estar visível nas grandes metrópoles: pessoas em situação de rua, os supostos vagabundos (muitos desempregados e herdeiros da falta de reparação histórica aos ex-escravizados) e aqueles que permaneceram na região, uma vez que não tiveram condições de fugir diante das inúmeras transformações e intempéries ocasionadas pela modernização da rede ferroviária, pelos surtos de cólera e malária e pela perda de importância junto às cidades agrícolas.

Sendo assim, é possível relacionar uma forma de escravização moderna para sustentar o rápido crescimento econômico das regiões mais investidas pelo poder público (Centro e Zona Sul). Seu crescimento planejado dependia da mão-de-obra barata e sem recursos que vinha das regiões periféricas – o que permanece bastante atual. Nesse cenário, Alves (2020) corrobora com a ideia de que a mídia sempre colaborou para que um imaginário social acrítico fosse construído sobre a região – lugar em que residem pobres, criminosos, traficantes e pessoas com pouco ou nenhum estudo – afirmando que esta adéqua sua lógica com base nas proposições da política dominante.

Ainda que a estruturação da região da Baixada Fluminense, de fato, tenha levado a relações cada vez mais violentas entre os cidadãos – somado ao abandono do poder público que engendrou a formação de um poder paralelo e ilegal – é possível que o imaginário social acerca da região tenha sido influenciado por diferentes meios de comunicação gerando medo e preconceito pautado em um suposto grau de periculosidade, corporificado, desde a colonização, em corpos pretos, pobres e periféricos. A região é, então, comumente considerada como altamente violenta, pouco desenvolvida econômica e socialmente, de baixa produção cultural e com forte atuação do tráfico de drogas e de armas.

Nesse sentido, como propõe Santos (2016), um território se compõe a partir das relações interpessoais e das lutas, conflitos e vivências dos cidadãos que habitam a região, o que torna

necessário, então, considerar o seu processo de urbanização e o histórico que promoveu o seu desenvolvimento. Portanto, reitero a necessidade de compreender que a Baixada Fluminense possui um histórico a ser analisado criticamente.

Atualmente, a Baixada Fluminense possui 3,7 milhões de habitantes, concentrando 22,57% da população do estado do Rio de Janeiro. O transporte coletivo, a renda mínima da população, bem como a habitação, a escolaridade e a segurança pública carecem de melhorias. A região sofre com a distância dos grandes centros urbanos, dificultando o acesso da população a eventos culturais, lazer e estudo de qualidade. Em Queimados, de acordo com a Casa Fluminense⁶, 50% dos moradores trabalham fora do município.

Ainda sobre o mapa da desigualdade da Baixada Fluminense, quanto aos dados referentes apenas ao município de Queimados, observo que no ano de 2018, a cada 100 habitantes 10,4 possuíam emprego formal. Esses números correspondem à realidade que encontro nos CRAS do município (dados coletados desde o ano de 2015 até o presente momento). Grande parte dos usuários dos Centros de Referência não possuem renda fixa e trabalham de modo informal, em condições precárias em seus ambientes de trabalho. Como resultado, ficam expostos a múltiplas situações de violência, como atraso de pagamento e lucro insuficiente para manter condições mínimas de sobrevivência de suas famílias.

Quanto ao percentual de pessoas assassinadas pela polícia, no ano de 2019, 79,5% correspondia a pessoas negras. Cabe ressaltar que no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷, no ano de 2022, 69% dos moradores da Baixada Fluminense se declararam pretos ou pardos. No ano de 2016, a cada 1000 mulheres, 16,2 registraram ocorrência por violência. Importa destacar que a situação de desemprego aumenta os índices de violência urbana e que a situação das mulheres piora na medida em que ficam à mercê de seus companheiros. Destaca-se o fato de que o maior índice de desemprego e a baixa escolaridade se encontra entre as mulheres negras, o que também pode ser verificado nos CRAS (dados colhidos desde o ano de 2015 até o presente momento) da região.

Em relação ao tráfico, o relatório social da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR)⁸, afirma, a partir de uma análise dos números de dados oficiais produzidos pelo Instituto

⁶ Associação que realizou o mapa da desigualdade da Baixada Fluminense, disponível no sítio: <https://casafluminense.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁷ Disponível no sítio: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 23 mar. 2024.

⁸ Disponível no sítio: <https://dmjracial.com/>. Acesso em 10 mar. 2024.

de Segurança Pública, que “Segundo os dados oficiais do Estado, apenas 7,3% das apreensões de drogas de todo Estado do Rio de Janeiro ocorrem na Baixada Fluminense”. Sendo assim, cabe analisar as divergências e confluências do que se costuma pensar sobre a Baixada Fluminense e seus moradores.

O relatório social da IDMJR aponta que, a partir da análise dos dados sistematizados através do monitoramento das redes sociais da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro:

O frágil argumento de apreensão de armas e drogas utilizados para dar continuidade as operações policiais, apresenta indicadores de sucessivas quedas, restando apenas a justificativa do intento tacanho do Estado de aprisionar e assassinar pessoas negras sob a dita legitimidade de guerra às drogas (IDMJR, 2022)⁹.

Nesse sentido, há que se considerar os dados levantados pela pesquisadora Daniela Ferrugem (2020), que verifica que, dos mortos em periferias em conflitos relacionados ao tráfico, “53% das vítimas são jovens; destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino”. Esses dados faz supor uma atuação racista por parte dos agentes de estado e, dessa forma, podemos não somente apontar a ineficiência dessa guerra às drogas, mas os corpos que ela acomete. Quanto mais pessoas morrem, mais lucrativo é o comércio de armas e de drogas e mais partes de todo o território do Estado do Rio de Janeiro segue dominado por milícias.

Assim sendo, podemos estabelecer que dado o número de mortos, sua faixa etária e cor da pele, há uma política de segurança pública que centraliza a sua intervenção em áreas periféricas. A maior parte do poder paralelo hoje se concentra na formação de milícias que recebem tanto os lucros do comércio de armas e drogas quanto de uma série de serviços que deveriam ser providos pelo Estado. Estes, estão presentes tanto nas favelas do Rio de Janeiro, subúrbios, quanto na Baixada Fluminense sob a forma de serviços não oficiais de Internet, de televisão a cabo, de água e luz e até de gás (Alves, 2020).

A rede de água e esgoto abarca 84,1% dos municípios, sendo apenas 15,1% o percentual de habitantes cujo esgoto é coletado e tratado. Em um comparativo feito pela Casa Fluminense, os cidadãos que residem em Niterói vivem, em média, 12 anos a mais que os moradores de

⁹ Disponível no sítio: <https://dmjracial.com/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Queimados, que chegam, geralmente aos 58 anos de idade. A população negra de Queimados vive, em média, 10 anos a menos que a população branca.

Quanto à educação básica, 29,2% das escolas municipais têm mais de 35 estudantes distribuídos por sala de aula, o que é considerado lotação. Em relação às crianças entre 0 e 3 anos de idade matriculadas em creches municipais, apenas 5,1% conseguem vagas. O percentual dispensado a atividades culturais em Queimados foi de 0,01% de todo o seu orçamento. O município não dispõe de museus, cinemas e nem casas de shows, o que altera negativamente a possibilidade de o cidadão acessar uma educação de qualidade e ampliar seu conhecimento e seu lazer através de atividades culturais.

Com isso, os números que traduzem a realidade social dos moradores de Queimados comprovam que o passado colonial e a segregação de pessoas negras e pobres incidem negativamente sobre a qualidade de vida daqueles que moram em região periférica. Ou seja, para além da acumulação do lucro e do livre comércio, mantemos a mesma estrutura social há séculos por meio do mecanismo da exclusão e da segregação. Dessa forma, o êxito neoliberal encontra sua sustentação no alargamento das desigualdades sociais e na expansão da marginalidade, criando e mantendo um contingente de pessoas em situação de pobreza extrema. Quanto aos fatos, cabe a proposição em que Mbembe (2018) se debruça quando formula o conceito de necropolítica para classificar a política de um Estado neoliberal.

3.1.2 Preconceito e discriminação, um diálogo possível entre Freud e Mbembe

No artigo intitulado, *A negação* (2020), Freud indica as vias pelas quais o ódio é engendrado. As formulações do autor nos fazem localizar um diálogo frutífero com a análise de Mbembe sobre a criação de inimigos em comum, mantidos em situação de pobreza extrema por meio de discursos de ódio e de preconceito. Em seu artigo, Freud reflete sobre um acontecimento que se repete em sua clínica e demonstra que sob a forma de uma negação uma ideia insuportável para um sujeito pode ser comunicada.

O criador da psicanálise nos dá como exemplo a fala de um analisando que em determinado momento da sessão diz que o analista deve estar pensando que ele deseja dizer algo ofensivo, mas que não tem essa intenção. O psicanalista infere, dessa forma, que nesse momento há a suspensão do recalcado, sem que haja uma implicação do sujeito com o conteúdo recalcado. O autor estabelece

que essa recusa é uma operação que acontece no pensamento e que tem a finalidade de rejeitar o conflito causado pelo conteúdo desagradável. No mesmo artigo, Freud relata outros exemplos em que o analisando comunica o conteúdo de seu pensamento sob a forma de uma negação.

Dessa forma, o psicanalista formula o juízo de atribuição e o juízo de existência. No juízo de atribuição, temos a função de atribuir uma qualidade a algo, sendo a matriz simbólica dessa decisão a condição originária do sujeito, que em suas primeiras sensações de prazer, deseja introjetar aquilo que reconhece como satisfatório e expulsar de si tudo o que em sua percepção causou desprazer. Já o juízo de existência, subordinado ao pulsional, tem a função de reconhecer ou rejeitar a existência de algo.

O autor destaca que o sujeito considera como uma ameaça àquilo que não reconhece e se recusa a admitir como existente, ou seja, não há uma separação entre pensamento e afeto. Isso ocorre porque, por meio desse mecanismo, o que é diferente é percebido como uma ameaça e leva à expulsão (*Austossung*) de tudo o que é considerado como uma ameaça ao sujeito. Portanto, se o sujeito percebe o que é diferente dele como um perigo absoluto, podemos entender as bases pelas quais nos identificamos com algumas pessoas e nos afastamos de outras discriminadamente.

Nesse contexto, introjeção, expulsão e identificação são formulações freudianas indispensáveis para refletir sobre a criação de inimigos em comum que têm por consequência processos de segregação e de ódio em nossa sociedade. Sobre a identificação, Freud (2020a) ressalta que um grupo pode se identificar entre si por sua história comum, aspirações semelhantes ou um traço qualquer de um líder. Asseverando, portanto, que por meio de identificações um grupo pode manter-se em situação de privilégio e supremacia na medida em que compartilha o ódio direcionado a outros grupos justificando-se em pequenas diferenças. O que faz com que moradores de uma região subjugue e diminua a importância de cidadãos de outros territórios, tendo como justificativa os tons de pele diferentes, etnias distintas, sotaques discrepantes, entre outras.

Freud (2020a) reitera que unidos por identificação o senso de realidade dos integrantes fica prejudicado, seus sentimentos exagerados e a dúvida passa a não existir. Cabe ressaltar, que quanto maior a identificação e as certezas compartilhadas, as possibilidades de diálogo e de negociações vão sendo anuladas e qualquer um que seja sentido como ameaça a coesão do grupo é violentamente visto como um mal a ser eliminado.

Na introdução da obra, *Psicologia das massas e análise do eu* (2020a), Freud desfaz a possibilidade de distinguir a psicologia entre individual e social, uma vez que é na relação com o outro que o ser humano se constitui. Nas palavras do autor:

Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo. A relação do indivíduo com seus pais e com seus irmãos e irmãs, com seu objeto de amor, com seu professor e com seu médico, logo, todas as relações que foram até agora objeto privilegiado da investigação psicanalítica, podem reivindicar ser consideradas fenômenos sociais (Freud, 2020a, p. 137).

Assim, as relações que os cidadãos estabelecem em um território, seus afetos, os compromissos que assumem para viver em sociedade, bem como a sua inobservância, se articulam com o que cada um experienciou em suas primeiras relações com seus primeiros cuidadores. O autor formula, então, que cada um integra características de um grupo determinado, seja sua camada social, etnia, comunidade de fé ou cidade de nascença. Pode-se notar, assim, a relevância do sentimento de pertencimento, bem como a violência da segregação e da exclusão traduzidas em episódios de racismo, homofobia e misoginia que permeiam a sociedade.

Freud aponta também para os riscos de uma formação de massa a partir do momento em que a união pode fortalecer a agressividade constitutiva dos seres humanos, afirmando que:

Seria suficiente dizer que o indivíduo, na massa, encontra-se colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalcamientos de suas moções pulsionais inconscientes. As características aparentemente novas que ele então apresenta são justamente as manifestações desse inconsciente, no qual seguramente tudo de mau da alma humana está contido de maneira constitutiva; sob essas circunstâncias, o desaparecimento da consciência moral ou do sentimento de responsabilidade não traz dificuldades para a nossa compreensão (Freud, 2020a, p. 112-113).

Desse modo, o autor desvela o que é observado nas inúmeras manifestações de violência de grupos, onde a responsabilidade individual se reduz ao mínimo enquanto o poder concentrado nas mãos de uma maioria traz uma sensação de impunidade e de força ilimitada, a partir da qual os indivíduos podem atribuir as maiores atrocidades a uma decisão comum a todos – o que leva Freud (2021) a concluir que se pode unir uma grande quantidade de pessoas através do amor contanto que sobre uns tantos para serem odiados.

3.1.3 Neoliberalismo, Necropolítica e Mal-estar

Mbembe assevera que o Estado neoliberal decide “quais corpos podem viver ou devem morrer” (Mbembe, 2018, p.5). Em sua definição, a morte não se limita ao aniquilamento, mas, sim, ao que pode ser comprovado sobre os dados da qualidade de vida dos munícipes da Baixada Fluminense, uma vez que, sem acesso ao trabalho formal, à educação de qualidade, ao lazer, à cultura, à habitação, à saúde e ao fornecimento de esgoto, os cidadãos estão submetidos a um não-viver que os deixa presos aos poderes do Estado e suas regulamentações. O que implica estar sujeito à gestão do Estado sobre o mínimo necessário para manter sua qualidade de vida, bem como ao controle por parte deste, que, provendo o mínimo, mantém uma massa de pessoas excluídas dos bens e dos serviços essenciais.

O autor afirma, ainda, que a criação ficcional de um inimigo em comum nesse estado de exceção coloca o “outro, como um atentado contra a minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto” (Mbembe, 2018, p. 20), o que justifica a construção midiática e política sobre os moradores de favelas e da Baixada Fluminense como um perigo a ser evitado.

No caso dos moradores da região da Baixada Fluminense, temos um histórico de exploração e a construção de um imaginário social que reitera antigos preconceitos e exige um esforço maior dos cidadãos para assumir um lugar funcional junto a cadeia de produção e as exigências de sucesso vigentes em nossa sociedade. Ao passo que a agressividade recalcada entre os cidadãos de outras regiões que veem com desconfianças o cidadão periférico, passa a ser direcionada aos moradores do território. Assim, a economia hegemônica gira em torno da exploração do trabalho e da espoliação da vida de um inimigo em comum. Desse modo, o cidadão vulnerável do município parte de um lugar social que vai se definindo enquanto um não-lugar, uma vez que o acesso à cultura, aos bons empregos e aos estudos de qualidade – que além de serem escassos e pouco valorizados em seu município –, encontram-se em maioria nos grandes centros urbanos, estes, longe do território.

Podemos, assim, observar que há uma manutenção da pobreza no modelo neoliberal, na medida em que o vulnerável e segregado é inserido no laço social sob a função de excluído, ou seja, a fim de manter a desigualdade social e reafirmar os privilégios das classes dominantes. O excluído, então, tem a dupla função de assumir os papéis sociais¹⁰ tidos como de menor importância

¹⁰ A expressão é aqui utilizada em consonância com as formulações de Max Weber (1977). O autor afirma que a posição que um indivíduo ocupa na sociedade em relação aos outros – status social – depende de sua classe social que

em uma comunidade, bem como de manter a massa dominante coesa na medida em que partilha seu ódio e sua indiferença sobre os cidadãos pobres e periféricos. Desse modo, a força de trabalho é convertida em alguns poucos direitos, porém, o lugar de desprezível dos inimigos em comum garante a dominação e a exclusão até a sua exaustão.

Em consonância com as proposições de Mbembe (2018), essa ficção partilhada de um inimigo em comum, sustenta o aumento do contingente de pessoas descartáveis para as classes dominantes, logo, a conservação de uma situação de precariedade social, econômica, sanitária e ambiental engendra a manutenção de territórios eleitos para a ação predatória da política neoliberal, onde a insalubridade marca a condição de existência das pessoas que vivem nessas áreas.

Nesse sentido, o passado colonial, o racismo, a ascensão de governos autoritários e reacionários, bem como uma desestruturação dos papéis sociais, sustentam os fundamentos para localizar um inimigo-comum no corpo social. Assim, esses indivíduos são sentidos como uma ameaça à coesão do grupo, podendo, a partir de sua presença, alterar um modo de vida que, supostamente, deve ser preservado para o bem-estar da comunidade.

No caso dos moradores da cidade de Queimados, a longa história de exploração, dominação e a criação de todo um imaginário social sobre os cidadãos que reitera antigos preconceitos, exige um esforço maior do cidadão queimadense para assumir um lugar funcional junto à cadeia de produção e às exigências de sucesso vigentes em nossa sociedade.

Ainda assim, há rotas de fuga e das agruras da vida “uma flor rompe o asfalto” (Carlos Drummond de Andrade, 1962, p. 19). Em contraposição aos índices de desemprego e os altos números da violência, há uma vasta produção cultural na Baixada Fluminense. Sobretudo, a heterogeneidade de pessoas advindas de diversas regiões do país permite a criação de incontáveis manifestações artísticas e culturais na região.

Dessa forma, a região tem companhias de teatro, como a Rede Baixada em Cena, que atua no território considerando os seus conflitos políticos e potencialidades. Os inúmeros grafiteiros, principalmente na cidade de Mesquita, que junto à gestão pública ornamentaram a cidade, levam formas criativas de ocupação e de relações com o espaço. As exposições das artesãs de Queimados, na Praça Nossa Senhora da Conceição, entre pinturas de tecidos, artesanato com recicláveis,

é determinada por suas condições econômicas. Sendo assim, os papéis sociais dizem respeito ao reconhecimento e as expectativas sociais sobre determinados grupos que partilham a mesma posição na estrutura econômica.

crochês e bordados, sustentam suas famílias e adquirem independência, formando outras mulheres para serem economicamente ativas.

Podemos ainda citar, a diversidade de músicos da região que integra a equipe de cantores e de bandas famosas, cabendo ressaltar que as igrejas evangélicas têm grande influência no ensino e na aprendizagem dos jovens, que desde que começam a frequentar o espaço, passam a ter acesso a instrumentos e professores de teoria musical.

No esporte, destacam-se os atletas do skate, como Vitor André, natural de Nova Iguaçu, conhecido como o “Super Choque Carioca” (em referência a um dos poucos super heróis negros existentes nas histórias de quadrinhos), bem como comediantes de *stand up* como Maurício Pereira Ribeiro (Paulinho Gogó), que a cada entrevista e encontros com a mídia ressalta a produção cultural heterogênea, plural e crítica que se faz na Baixada Fluminense.

3.2 A cidade de Queimados e as especificidades do CRAS em tela

O município de Queimados tem oito CRAS em funcionamento, situados em bairros com maior número de pessoas em extrema pobreza. De acordo com as informações disponíveis no sítio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, até dezembro de 2023 o município de Queimados possuía 38.797 famílias inscritas no Cadastro Único. De todas essas famílias, 21.093 (52.892 pessoas) recebem transferência de renda pelo Programa Bolsa Família, com um valor médio de seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos.

Em novembro de 2023, o município possuía um total de 2.598 pessoas contempladas pelo Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e 4.195 recebendo o Benefício de Prestação Continuada para os idosos. Das quase 39.000 famílias inscritas no Cadastro Único, 23.837 estavam abaixo da linha da pobreza, o que equivale a 61% dos usuários inseridos pelo município.

De acordo com dados do IBGE (2022) a população do município é de 140.523 pessoas e, de acordo com os dados do CECAD¹¹, há 52.502 pessoas cadastradas em famílias com perfil de renda abaixo da linha da pobreza. Logo, sem os programas de transferência de renda, 37,36% dos

¹¹ O CECAD - é uma ferramenta de consulta, seleção e extração de informações do Cadastro Único. Mais informações podem ser encontradas em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 12 fev. 2024.

munícipes de Queimados estariam em situação de extrema pobreza. No sítio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, pode-se verificar que o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é essencial, pois é o que dá acesso ao Número de Identificação Social (NIS), que é porta de entrada para todos os benefícios socioassistenciais. A partir do NIS é possível identificar questões sociais e econômicas das famílias de baixa renda e planejar políticas públicas em consonância com esses dados.

Com isso, recomenda-se que as pessoas com renda inferior a três salários mínimos se inscrevam no Cadastro Único para ter acesso aos programas sociais disponibilizados pelo Governo Federal. Os programas sociais abarcam: tarifa social de energia; auxílio gás, auxílio funeral; isenção na taxa de inscrição para concurso público; passe interestadual para idosos; Identidade Jovem (Id Jovem), que viabiliza o acesso à meia-entrada em eventos culturais e às vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual; entre outros.

O programa de transferência de renda principal, pela quantidade de cidadãos que abrange, é o Bolsa Família (BF), cujo valor varia de acordo com a renda *per capita* da família, número de crianças na primeira infância e quantidade de jovens em idade escolar. Já o cidadão com mais de 65 anos ou que apresenta alguma deficiência física ou transtorno mental que o incapacite permanentemente para o trabalho – não possuindo renda ou cuidados de pessoas próximas – pode requerer o Benefício de Prestação Continuada, por meio do qual pode receber um salário mínimo por mês, sem décimo terceiro salário.

Desde março de 2020, a assistência social do município de Queimados dispõe de um instrumento denominado Planilha de Controle Geral. Esse recurso foi desenvolvido pelo setor da vigilância socioassistencial em colaboração com a autora desta pesquisa e duas coordenadoras dos CRAS, tendo por objetivo mapear situações de risco e de vulnerabilidade presentes nos territórios para que a atuação dos profissionais seja mais condizente com os recursos dispostos no município.

Para a feitura do instrumento, foi utilizado o “Atlas de Vulnerabilidade” (2015) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram retirados do Cadastro Único os dados de acordo com os indicadores traçados pelo IPEA para estabelecer níveis de vulnerabilidades sociais que denotam o quanto os munícipes estão em situação de insegurança alimentar e de exclusão social em consequência de baixa renda, sexo, cor da pele, grau de escolaridade e vínculo empregatício.

Quanto aos indicadores utilizados para a construção da planilha, tanto o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) quanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) referentes ao município foram obtidos no site do IPEA. O Índice de Vulnerabilidade Social varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 0 menor é a vulnerabilidade do cidadão. Ou seja, a partir de 0,500 a vulnerabilidade já pode ser considerada extrema. O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices referentes a: infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho, e cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal varia de 0 a 1, tendo a mesma lógica do IVS (IPEA, 2015, p. 18-19).

O IDH-M mede a relação entre educação, renda e saúde de uma determinada população. Esse indicador reflete as condições mais relevantes para o bem-estar social: a oportunidade de ter uma vida longa com qualidade (saúde); o acesso ao conhecimento (educação) e a possibilidade de gozar de uma vida digna (renda). De acordo com o último censo realizado pelo IBGE sobre o município (2010), o IDH-M estava em 0,680 – índice considerado mediano, o que denota a necessidade de ampliação de políticas educacionais, melhorias na rede de saúde e oficinas em prol de trabalho e geração de renda.

Quanto ao IVS 0,397, também de 2010, indica um alto grau de vulnerabilidade, o que justifica o fato de o município já ter sido eleito o mais violento do país (2016). No entanto, a violência nos grandes centros urbanos está diretamente ligada à desigualdade social e à falta de políticas públicas para reduzir essa desigualdade. Um fator relevante para o reforço das condições de pobreza se traduz na segregação espacial que se observa nos bairros mais vulneráveis do município, uma vez que todos, além de ficarem longe das áreas comumente utilizadas para lazer, cultura, esporte e educação, carecem de pavimentação, meios de transporte adequado e luz elétrica. De acordo com o documento sobre as orientações técnicas para o estabelecimento da Vigilância Socioassistencial:

A NOB já apontava que a Vigilância Socioassistencial consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência (NOB-SUAS, 2005, p.9).

Sendo assim, o instrumento desenvolvido permite identificar situações de risco, de vulnerabilidade e de extrema pobreza – o que vai ao encontro da formulação do IPEA:

As noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas, no Brasil e no mundo, por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, num esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda. Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções, antes de tudo, políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (IPEA, 2015, p. 12).

Nesse sentido, se reconhece o caráter político da ação de mapear o território e de relacionar questões que extrapolam uma intervenção apenas da esfera municipal. Para que o mapeamento seja fidedigno e as estratégias de intervenção condizentes com o contexto de cada área de abrangência, cada coordenadora de CRAS, em conjunto com sua equipe técnica, precisa preencher a Planilha de Controle Geral, gerando um relatório mensal que sistematiza os dados dos atendimentos de cada usuário que chega ao CRAS. Esse relatório mensal é avaliado tanto pela diretora de Proteção Básica do município, que planeja as ações e verifica o seu cumprimento nos CRAS, quanto pelo setor de vigilância socioassistencial.

Com um quantitativo de 5.890 pessoas cadastradas, 4.653 (79,19%) são do sexo feminino e 1.223 (20,81%) do sexo masculino. Em comparação com os dados do CadÚnico, a porcentagem de mulheres inscritas nos programas sociais, quase quatro vezes maior do que a porcentagem de homens. A faixa etária dos usuários do CRAS de referência para esta pesquisa demonstra que a maior parte dos cadastrados tem entre 30 e 59 anos (57,17%), seguida por pessoas acima de 60 anos (24,92%), jovens entre 18 e 29 anos (17,72%) e menores de idade (0,19%). Vale destacar que o CadÚnico pode ser realizado a partir dos 16 anos de idade.

As noventa famílias inseridas no PAIF do CRAS de referência para essa pesquisa apresentam a seguinte composição: 2,82% são pessoas moradoras de condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida; 85,92% recebem Bolsa Família; 4,23% recebem o BPC idoso e 7,03% recebem o BPC da pessoa com deficiência. Caso esses usuários não estivessem recebendo Bolsa Família ou BPC, estariam em situação de extrema pobreza.

As condições de escolaridade e de vínculo empregatício formulam dados que demonstram um maior grau de vulnerabilidade entre as mulheres do CRAS. Das 40.824 pessoas que declararam não ter escolaridade ou ter apenas nível fundamental incompleto (do primeiro ao nono ano de

escolaridade), 22.679 são mulheres e 18.145 são homens. O CRAS que é objeto deste trabalho está localizado em um território que possui 04 escolas municipais, uma creche e três clínicas da família.

Verifica-se que os dados do CRAS estão em concordância com os dados do IBGE sobre grau de escolaridade, sexo e vínculo empregatício, como podemos vislumbrar no trecho da síntese dos indicadores sociais do Brasil:

Em relação ao recorte por sexo, historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que não foi suficiente para impedir que ele tenha sido relativamente mais reduzido em 2020. Enquanto o nível de ocupação dos homens foi de 61,4%, o das mulheres foi de 41,2%, em 2020. Embora a maior escolaridade das mulheres não seja suficiente para equilibrar sua situação em relação aos homens, entre elas, é uma característica muito relevante para assegurar a inserção no mercado de trabalho. No último ano da série, o nível de ocupação das mulheres com ensino superior completo foi 3,3 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (IBGE, 2021, p. 22-23).

Em relação ao desemprego, 26.092 mulheres declararam não ter tido trabalho remunerado nos últimos doze meses (em relação ao ano de 2022), em contraposição a um número 14.186 de homens que declararam a mesma resposta. A média de pessoas empregadas em trabalhos formais no CRAS comprova uma relação intrínseca entre grau de escolaridade e vínculo de trabalho formal, mostrando ser uma exigência o término do ensino médio escolar para exercer a maior parte dos vínculos de trabalho com carteira assinada.

Como se pode observar, as mulheres ainda são as mais atingidas pelos determinantes sociais da pobreza. Muitas delas relatam solidão, cansaço extremo e medo de ver os filhos abandonarem os estudos. Quanto ao baixo grau de escolaridade dos munícipes, se nota que começam a trabalhar de modo informal entre 09 e 16 anos de idade. Há múltiplos fatores para o início precoce no trabalho informal.

Nesse cenário, para além do histórico de formação do município e seu processo de crescimento desordenado, há também a inépcia do Estado em desenvolver políticas públicas que alterem não somente as condições de vida, de estudo e de trabalho da população, mas também as condições de trabalho dos servidores públicos. Todo o recurso de que precisamos para desenvolver o trabalho ou é obsoleto ou não funciona por falta de manutenção.

A maior parte dos CRAS do município em questão não dispõe de uma linha telefônica. Nenhum dispositivo da PSB ou da PSE possui impressora, *scanner* ou copiadora. As auxiliares de serviços gerais são todas terceirizadas e grande parte das coordenadoras não são estatutárias. O

município não tem plano de cargos e salários, gratificações por grau de escolaridade e licença para que o trabalhador possa ampliar seus estudos. Até mesmo as licenças sem vencimento são negadas caso o funcionário queira estudar para o mestrado ou o doutorado, uma vez que, de acordo com os recursos humanos, o quadro de funcionários é insuficiente.

Quanto ao estado de conservação do ambiente de trabalho do servidor público da assistência social do município, podemos encontrar CRAS sem nenhuma climatização, com paredes mofadas, com salas para atendimento que não resguardam a privacidade do usuário do serviço e da equipe técnica. Apesar de existirem normas para o ambiente dos dispositivos de assistência social, nenhuma norma quanto a estrutura dos dispositivos é cumprida, porém, no que concerne ao trabalhador, todas as exigências da PNAS e dos gestores municipais devem ser cumpridas sistematicamente. Dessa forma, cabe refletir tanto sobre a situação dos funcionários quanto dos espaços reservados para o atendimento de pessoas em situação de rua ou de extrema pobreza.

3.3 Neoliberalismo, vulnerabilidade social e desamparo

O trabalho no CRAS tem objetivos pré-estabelecidos e bem formulados pelas orientações técnicas (Brasil, 2009) que norteiam o trabalho e que versam sobre a importância de prevenir situações de risco e de vulnerabilidades sociais através do desenvolvimento de potencialidades dos usuários, dos fortalecimentos dos vínculos destes e da garantia dos direitos do cidadão. No entanto, a falta de investimento em políticas públicas, o sucateamento dos espaços de atendimento às pessoas em extrema pobreza, bem como os baixos salários dos profissionais são fatores que geram dúvidas quanto à funcionalidade da assistência social em um país cujo sistema político e econômico é neoliberal.

Nesse sentido, os poucos recursos que chegam ao dispositivo dificultam um trabalho continuado, fazendo com que o setor funcione somente para questões emergenciais. Desse modo, os usuários são mantidos na mesma situação econômica por anos e suas mazelas, como insegurança alimentar, moradia inadequada, inexistência de creche para crianças na primeira infância, entre outras, vão sendo ampliadas. O mesmo cidadão passa a circular em todas as instituições em que um poder judicializante se impõe. Mulheres perdem seus filhos para os abrigos municipais, muitas delas porque os deixaram sozinhos para trabalhar e a criança foi exposta a abusos sexuais, agressão física, cooptação pelo tráfico, entre outros. A mesma criança abrigada permanece monitorada por

longos períodos de tempo, sendo poucos os que saem de uma condição de pobreza, criminalidade e risco social.

Os atendimentos mais comuns no dia a dia do dispositivo são para inscrição no CadÚnico. Muitos cidadãos chegam ao CRAS, a cada mês, pedindo uma cesta básica. Esse benefício de caráter eventual se torna regra na medida em que não há creche para as mulheres poderem trabalhar e estudar, não há emprego formal para todos e o grau de escolaridade dos usuários do CRAS contempla, quando muito, o ensino fundamental.

De todo modo, o CRAS de um território acaba por fazer parte das problemáticas e das potencialidades do local. Sendo assim, idosas que fazem pintura em tecido ofertam aulas gratuitas, adolescentes que gostam de se reunir para jogar jogos de cartas, de tabuleiro, de futebol e conversar, passam a ocupar as varandas do espaço, mulheres se achegam para oficinas e rodas de conversa com seus filhos pequenos, sem creches nem rede de apoio.

Em cada encontro os pedidos materiais são acompanhados de variadas histórias. São relatos de amor, de abandono, de luto, de divórcios e de sofrimentos que às vezes dão lugar à repetição de histórias em comum. Muitas mulheres reclamam de solidão e de cansaço. A maior parte delas comanda a casa, com dois ou mais filhos pequenos, não conseguem emprego fixo e receiam fazer um planejamento familiar – por mais que grande parte da equipe do posto de saúde e dos outros serviços de atendimento tente dizer que o melhor é não ter mais filhos, julgando a relação entre o número de filhos e a situação de extrema pobreza sem questionar o que significa ter muitos filhos na vida de cada uma dessas mulheres.

Quando se sentem escutadas, elas retornam. Entre insegurança alimentar, problemas de saúde dos filhos, afazeres domésticos intermináveis, muitas pessoas, a maior parte, mulheres, procuram o CRAS com uma demanda puramente subjetiva, como estar muito triste porque brigou com o companheiro. Dona Márcia diz: “Aqui me sinto diferente, vocês não me atropelam”. O que seria esse atropelar? Em tantos atendimentos diferentes se pode notar que, nas muitas idas e vindas do SUAS para o SUS, da Secretaria de Habitação para a de Ordem Pública, da escola municipal e as exigências para fazer parte da Vila Olímpica, no CRAS o vínculo é diferente. Uma vez que o atendimento sem hora marcada e a inexistência de condicionalidades para frequentar o espaço permite que os usuários se sintam mais livres para ir e vir.

O fato de ser um lugar para garantir direitos de cidadania pode facilitar o vínculo do cidadão. Nesse cenário, se pode refletir sobre os casos em que o cidadão ou pede indefinidamente

ou recorre ao serviço para questões que não são do escopo da assistência social. Do mesmo modo, também é preciso salientar que na maior parte das vezes não temos estrutura e recursos para resolver suas necessidades materiais, de modo que a escuta é tudo o que temos de ferramenta de trabalho.

Com frequência algum usuário se revolta com as negativas de um técnico no atendimento particularizado. Ao ouvir que não tem o perfil para receber uma cesta básica, ou que é preciso regularizar o título de eleitor, estão dados motivos suficientes para dizerem que nunca fazemos nada pela comunidade e que o CRAS não resolve coisa alguma.

Há momentos em que um cidadão entra no CRAS e diz que não aguenta mais, reclama da vida, fala da casa, da família, da falta de emprego, mas não pede nada material. Enquanto trabalhadores do sistema de garantia dos direitos de cidadania, escutamos e mapeamos todas as possibilidades de inserção da pessoa nos programas de transferência de renda e de caráter eventual. Mas, ainda assim, os enunciados dos frequentadores deixam escapar partes de sua história de vida que muito interessam para compor o quadro das intervenções para a promoção de emancipação e autonomia ressaltadas pelas cartilhas e manuais.

Na obra *O futuro de uma ilusão* (2020c), Freud demarca duas condições essenciais para a estruturação da sociedade, uma delas é o domínio do homem sobre as forças da natureza e a capacidade de extrair bens para satisfazer suas necessidades. O Outro é a criação de mecanismos que regulem as relações entre os seres humanos e a distribuição dos bens acessíveis. Freud articula esses fundamentos da cultura, ressaltando que a interação entre os homens é mediada pela satisfação pulsional que cada um pode obter dos bens disponíveis. O autor adverte que um ser humano pode ser colocado como um bem para outro, seja na condição de objeto sexual ou como fonte de força de trabalho a ser explorada. Nesse cenário, há um mal-estar decorrente da quantidade de renúncia pulsional necessária para manter a cultura, o que faz Freud (2020c) afirmar que a cultura deve ser protegida do indivíduo.

Assim sendo, a cultura deve ser preservada da hostilidade e agressividade constitutiva dos seres humanos. Portanto, os dispositivos, instituições e as suas regras são uma tentativa de regular as interações humanas e preservar a cultura. Ainda que haja um considerável avanço técnico e científico por parte do homem, suas relações interpessoais permanecem conflituosas e as instituições em decadência, como pode ser observado nas diversas denúncias de corrupção em órgãos governamentais que deveriam prezar pela idoneidade e pelo bem-estar social.

Atualmente, há uma contínua modificação dos papéis sociais exercidos em ambientes comunitários, familiares e profissionais somadas a uma sensação constante de medos e incertezas. O homem contemporâneo tem se encontrado em uma posição de desamparo psíquico agravado pelos efeitos do neoliberalismo como sistema político e ideológico. Cabe ressaltar que o sentimento de desamparo é experimentado em nossa primeira infância e permanece sendo atualizado dia a dia frente aos desastres naturais, à suscetibilidade ao adoecimento, à falta de controle em face das vicissitudes da vida e ao inevitável da morte (Freud, 2020c).

O bebê humano, que necessita de cuidados de um outro para sobreviver, experimenta o medo e o desespero à medida que cresce e percebe que pode perder a proteção e o amparo de seu casal parental. Esse medo acompanha o ser humano por toda vida e é considerado por Freud como medo da perda de amor, que vai dos pais à comunidade. Dessa forma, o desamparo fundamental (*Hilflosigkeit*) se articula à ordem social, uma vez que sem a mútua cooperação a sociedade tal como a experimentamos, não seria possível.

No entanto, importa questionar o quão desassistido pode um sujeito se sentir quando seus vínculos familiares são frágeis e a estrutura social o afasta dos meios essenciais para ter uma vida digna. Quinet (2021) afirma, nessa direção, que “a vulnerabilidade e o desamparo coletivo é proporcional ao estado de abandono em que é deixada a população” (p. 157). No Brasil, verificamos que a amplitude da acumulação de capital frente à falácia de um livre comércio – como se pequenos e grandes empresários tivessem a mesma oportunidade de crescimento e lucro – aumenta as desigualdades sociais e mantém uma estratificação social intensificada pelo descaso com os dispositivos que atendem populações em extrema pobreza.

Nesse cenário, a flexibilização das leis trabalhistas, as péssimas condições dos trabalhadores, bem como a falta de investimentos em educação e em saúde e a redução das políticas públicas e de enfrentamento e combate à fome, faz crescer a experiência coletiva de um mal-estar e uma inquietude que atravessam as subjetividades. O que contribui para a produção de novas modalidades de sofrimento, de relações interpessoais e de adoecimento psíquico (Dunker *et al*, 2021).

Somado a isso, o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, o uso massivo das redes sociais, aplicativos de flerte, sexo casual e de todo tipo de interação social, alteram os modos de se relacionar. Assim, a velocidade da informação e variados vídeos e textos sendo produzidos sem qualquer responsabilização por parte dos autores, permite a difusão de uma série de narrativas,

independentemente de seu caráter ético, científico, formal, verificável ou falso. Com a identidade e a integridade física protegida, o sujeito se sente confortável para ofender, criticar, ridicularizar, conquistar o afeto do outro e depois sumir sem deixar vestígios.

Nesse cenário, há uma supervalorização de uma imagem forjada como ideal e que traduz as qualidades de uma pessoa bem-sucedida, que se torna um modelo a ser perseguido. Assim, é propagandeado o carro da pessoa de sucesso, o corpo magro e atlético, o emprego que paga os maiores salários, a casa perfeita, o relacionamento amoroso dos sonhos, entre outros. Padrões inalcançáveis que atingem as pessoas que acabam adoecidas por não se enquadrarem em nenhuma categoria exaltada pelo discurso dominante.

Já a meritocracia, ideia que reforça a falácia de que todos têm as mesmas condições e meios de chegar a boas condições de vida e de trabalho, marca aqueles que se veem como fracassados na medida em que não conseguem chegar ao ápice de sua profissão, passar em uma entrevista específica de emprego ou alcançar um determinado salário. Sendo assim, a condição de privilégio por parte das pessoas que ocupam posições de poder gera uma massa de escravizados, que enfrentam as complexidades de mudar de condição, uma vez que fome, frustração, miséria, opressão e excesso de trabalho, levam ao cansaço extremo e ao adoecimento.

É dessa forma que o discurso neoliberal promove culpabilizações de diversas ordens, reduzindo problemas de ordem conjuntural e estrutural ao plano individual. Nesse sentido, Dunker *et al* afirmam que:

O neoliberalismo pressupõe uma psicologia implícita, herdada do liberalismo, na qual valores simbólicos e morais trafegam entre uma determinada gramática econômica e os modos de subjetivação que lhe são correlatos (...). Construiu-se no Brasil certa razão psicológica, ou seja, um conjunto autoexplicativo e autojustificado de ideias e práticas, que condicionam e coordenam a formação do neoliberalismo como um discurso transversal de gestão do sofrimento (Dunker *et al*, 2021, p. 215).

Desse modo, pode-se afirmar que há uma “gramática social do sofrimento” (Dunker *et al*, 2021) entrelaçada às desigualdades produzidas pelo sistema econômico. Sobre tudo, o conjunto de regras e normas implícitas na sociedade é determinante para analisar como o sofrimento é percebido e vivenciado em determinado contexto. Assim, a produção de subjetividade no sistema vigente influencia como as pessoas percebem e experimentam o mundo, moldando seus desejos e suas relações com o outro e com o mundo, de modo que há uma produção de subjetividade que subjuga os cidadãos que permanecem à margem dos discursos e papéis sociais. Ou seja, entre sucesso

e fracasso, padrões de beleza inalcançáveis e a busca por uma felicidade irrealizável se mantêm uma grande parte da sociedade excluída ou segregada. Muitos acreditam fielmente que sua pobreza e falta de oportunidades em nada se coadunam com a história da formação da sociedade brasileira e a opção de manutenção de um sistema capitalista.

Cabe ressaltar que o contexto está relacionado com a história das sociedades, sua formação e estrutura. A produção e reprodução do estado neoliberal ocorreram por meio da precarização das políticas públicas e da redução do papel do Estado na garantia de direitos sociais, como educação, saúde e assistência social. Os traços de sua atuação em um país que foi outrora escravocrata (1530-1888) incluem o apagamento da identidade, o esquecimento e a alienação, deixando grupos totalmente desamparados pela falta de referência e de rede de apoio.

Não se subjuga um povo apenas por meio da violência física, mas, tal como fizeram com os africanos no Brasil ou com os judeus nos campos de concentração nazistas, separam os homens de sua família, mudam seus nomes, proíbem e criminalizam sua crença, seu tom de pele, os traços característicos de sua etnia e assim, lhes retira a força, o brilho, a beleza, no dito de Caetano (1997) “a dor e a delícia de ser quem se é”.

Neusa Santos Souza, ao relatar o sofrimento de uma mulher negra, casada com um homem branco que teve dificuldade de “assumi-la” devido à cor de sua pele, sustenta que através de um poder dominante o negro brasileiro tem uma representação complexa de si mesmo. Em suas palavras:

Sua identidade, constituída de mitos e imagos, estrutura-se como sintoma: é um sistema opaco de desconhecimento e reconhecimento, marcado por todas as ambiguidades provenientes de sua origem imaginária. Identidade feita de contradições, submetida às formações ideológicas dominantes, e sobredeterminada pela história individual e pela história da formação social em que a primeira se inscreve. (Souza, 1983, p. 91-92).

Logo, a autora ressalta que há um imaginário social que produz um conflito de identidade nas pessoas negras, uma vez que o passado escravocrata do país sustenta discursos de dominação, preconceito racial e segregação espacial e econômica que permanecem presentes atualmente. Como já dito, os registros dispostos em relatórios e pesquisas sobre os mais pobres e vulneráveis do país demonstram claramente que a maior parte das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade são aquelas que se identificam como sendo pessoas pretas e pardas.

Freud (2020b) cunha a expressão “narcisismo das pequenas diferenças” para salientar que a satisfação da agressividade de uma comunidade pode ser viabilizada pelo ódio e menosprezo a

um grupo determinado. De modo que unir grande número de pessoas através do amor só se torna possível reservando algumas outras para se exteriorizar a agressividade. Nesse sentido, Freud sustenta que:

Depois que o apóstolo Paulo fez do amor universal pela humanidade o fundamento de sua comunidade cristã, a extrema intolerância do cristianismo contra aqueles que permaneceram de fora tornou-se uma consequência inevitável; os romanos, que não fundaram no amor a sua comunidade estatal, desconheciam a intolerância religiosa, embora, para eles, a religião fosse um assunto do Estado e o Estado estivesse impregnado de religião (Freud, 2020b, p. 293).

De um amor universal, surge a intolerância ao que não faz par com a crença compartilhada pela maioria. Freud (2020b) destaca, portanto, não somente o quanto de agressividade o homem recalca para se sentir seguro, mas também o risco de perseguição e eliminação que o diferente corre ao ser eleito como um mal a ser extirpado do corpo social. Sendo assim, a manutenção de discursos que escamoteiam a questão social passa por uma construção de narrativas que mantêm um ideário sustentado por uma lógica racista e classista.

Nesse cenário, Safatle (2016) pondera que a aceitação de diferentes identidades na sociedade se faz por meio da nomeação, que ainda que possa dar visibilidade aos grupos em vulnerabilidade, não chega a promover uma plena aceitação das diferenças, mas, sim, a manutenção de um não-lugar para aqueles que não possuem as características essenciais dos padrões normativos vigentes. O autor considera que:

Essa nomeação pode fornecer visibilidade a grupos vulneráveis à violência social, por um lado, mas, por outro, ela é feita a partir de uma gramática das identidades já em circulação. Gramática que pode aceitar toda e qualquer identidade, desde que ela encontre um lugar dentro de um campo geral de regulação social das diferenças (Safatle, 2016, p. 349).

Logo, para cada indivíduo que destoe dos padrões brancos, heterossexuais e cisgêneros (pessoa que se identifica com o sexo biológico, masculino ou feminino, do nascimento) há uma gramática de identidades. Assim, tanto ocorre a formação de diversos grupos, unidos por pautas comuns – o que traz maior visibilidade e pode colaborar para a conquista de direitos sociais –, quanto à divisão da população em nichos. Dessa forma, políticos e camadas reacionárias da população se servem dessa mesma gramática das identidades para promover discursos de ódio e controlar os cidadãos por meio do terror e do pânico, traduzidos por medo do comunismo, do fim da família tradicional, de passar fome, de sofrer com esquemas de corrupção, entre outros.

Nesse contexto, Safatle (2016) afirma que para além da noção de que uma sociedade é composta de regras e normas implícitas e explícitas que estruturam o laço social, os afetos resultantes da interação entre os homens demarcam os lugares que estes ocupam e sua função no corpo social. Dessa forma, o autor propõe que as sociedades devem ser compreendidas como circuitos de afetos, ou seja, através do medo, da agressividade, das paixões e das identificações que compõem essa rede de relações.

Safatle (2016) assevera que medo e desamparo são afetos centrais para compreender como se mantêm as estruturas de poder e de dominação que ampliam as desigualdades sociais e a precarização do trabalho. O filósofo propõe que: “compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma” (2016, p.10), logo, formula a proposição de que o medo e o desamparo são manejados por grupos hegemônicos a fim de manter a servidão da massa. Portanto, o autor vai ressaltar a importância das formulações de Freud acerca do desamparo fundamental a fim de demonstrar a articulação entre corpo social e os afetos singulares dos cidadãos.

Com isso, Safatle (2016) considera que Freud desenvolveu uma teoria que permite fazer uma interlocução entre a circulação de afetos e como eles alteram o quadro social. Admitindo, então, a capacidade de recriação de cenários possíveis quando o homem, frente ao seu desamparo, pode escolher caminhos. Para o autor, a assunção do desamparo levaria o ser humano à produção de novas formas de viver em sociedade que não por meio da alienação, o que levaria este, em última instância, à emancipação.

O autor conclui que o reconhecimento do desamparo poderia levar o homem à uma desalienação. Acarretando no enfrentamento das estratégias de dominação da política neoliberal, o que o leva a formular que o desamparo é um afeto político. Nesse sentido, entre a questão social e a assunção de um desamparo fundamental, cabe o questionamento sobre as rupturas e as linhas de fuga possíveis nesse processo de vulnerabilidade contínua do cidadão contemporâneo.

4 A PSICANÁLISE COMO UMA POSSIBILIDADE PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS

Neste capítulo será analisada a noção de sujeito tal como formulada na teoria psicanalítica. Assim, será feita uma explanação sobre a diferença entre sujeito de direitos e sujeito do inconsciente, para, enfim, questionar a ideia de uma psicologia individual que prescindia do social. Nesse cenário, o intento fundamental é o de promover uma reflexão sobre a clínica psicanalítica e suas contribuições para a atuação do profissional no âmbito da assistência social.

4.1 Da relação entre escuta e transformação social

Em 1918, no V Congresso Internacional de Psicanálise ocorrido em Budapeste, Freud (2021c) discursa na presença de representantes dos governos da Alemanha, da Áustria e da Hungria, um texto incontestavelmente político uma vez que se pergunta sobre o futuro e os efeitos da psicanálise no contexto do pós-guerra (refiro-me a I Guerra Mundial, 1914-1918). Freud não demonstra somente preocupações com as condições de exercício da prática, mas também com as contribuições que a psicanálise poderia prover em unidades de tratamento para pessoas em sofrimento psíquico com pouco ou nenhum recurso financeiro.

De um modo inovador, o criador da psicanálise chega a afirmar que as neuroses, no que diz respeito ao sofrimento e até mesmo aos impactos na saúde do sujeito, são tão nefastas quanto qualquer outra doença orgânica e que a população deveria ter a oportunidade de ser encaminhada de forma gratuita a um tratamento analítico. Também prevê, dado o momento de transformação contínua ocasionada pela guerra, que as pessoas em tratamento também poderiam precisar de um auxílio financeiro subsidiado pelo Estado.

Partindo dessa proposição, Freud (2021c) se mostra comprometido com os efeitos de sua teoria junto ao cenário político e social de sua época e ressalta que a análise pode contribuir tanto em dispositivos privados quanto públicos. Oitenta anos após o discurso de Freud em Budapeste surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, com a função de garantir os direitos de cidadania dos cidadãos por meio de ações que combinam auxílio financeiro e alimentar, atendimento técnico com profissional de nível superior a fim de prover meios de prevenir o

rompimento de vínculos familiares, desenvolver o sentimento de pertencimento junto a um território e fortalecer os laços interpessoais para reduzir desigualdades econômicas sociais.

Aliado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o SUAS deve encaminhar as pessoas nos casos em que o sofrimento e o mal-estar têm por consequência o adoecimento psíquico, sendo vetado ao psicólogo, como já observado aqui, promover atendimento clínico em dispositivos de assistência social.

Na medida em que os direitos, deveres e papéis sociais do cidadão seguem como principal eixo de trabalho no campo do serviço público, a finalidade de promover transformação social, e, sobretudo, a garantia dos direitos de cidadania a partir da sua singularidade de cada usuário, atestam a relevância de um trabalho construído a partir das demandas dos cidadãos que procuram o sistema. Portanto, a contribuição da teoria psicanalítica seria exatamente a articulação entre clínica e política, uma vez que esta não dissocia o sujeito de sua história, sua cultura e seu contexto. Ianini e Santiago (2021), sublinhando o discurso de Freud de 1918, ressaltam que:

Afirmar que a psicanálise implica respeitar as singularidades do sujeito, a despeito de diferenças de raça, educação, posição social e visão de mundo é ao mesmo tempo uma declaração clínica e política. *Política*, porque transcende as próprias disposições pessoais do analista; *clínica*, pois a defesa da singularidade é intransigente (p. 37).

Ou seja, se no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), Freud afirma a importância da clínica ao propor espaços públicos para tratamento psíquico para todos os que necessitarem. É a inexistência de condicionalidades para a aceitação das pessoas adoecidas o que desvela a universalidade da oferta. Acontece, desse modo, um entrelaçamento entre a questão social representada pela guerra e seus efeitos materiais sobre os cidadãos e a clínica – a partir da oferta do tratamento analítico para lidar com o sofrimento acentuado pelas consequências da guerra –, que sublinha a possível articulação entre clínica e política.

Nesse sentido, a clínica se faz quando há ouvidos para ouvir. Logo, não há um espaço físico determinante, muito menos um lugar geográfico obrigatório para que o sujeito seja escutado, sendo imprescindível, apenas, o estabelecimento da transferência e uma escuta que considere a singularidade do cidadão que chega, as especificidades dos seus modos de vida e seus arranjos familiares. Com isso, considero que se não se pode manter um atendimento tal como o que se faz em consultórios particulares, ainda assim, existem as palavras, as ditas e as não-ditas, que insistem em reverberar em todos os espaços em que há um sujeito e suas demandas.

Sendo assim, o trabalho do profissional referenciado pela psicanálise considera o fato de que o sujeito articula sua fala, porém, o que causa o seu desejo lhe escapa. Advir como sujeito do desejo, então, exige um trabalho que se faz nos fios tecidos pelas palavras trocadas entre o sujeito e aquele a quem ele dirige seus enunciados. Nesse sentido, podemos deslocar a ideia de ser esse um formato característico de uma análise pessoal, feita em um consultório particular.

Trabalhando em instituições, ainda que submetidos ao regramento e à lógica específica de funcionamento, se pode localizar a transferência, bem como a existência de questões trazidas pelo sujeito que extrapolam a função dos dispositivos. Somam-se ainda, as situações em que o sujeito retorna independentemente de ter tido suas demandas atendidas ou não. Em grande parte dos casos as queixas não são de ordem material e, sim, subjetiva. É a partir disso, então, que considero que a escuta é clínica em qualquer dispositivo de trabalho em que um psicanalista se encontre.

Assim como é da clínica que Freud extrai sua teoria, é da prática em instituições que podemos verificar as suas contribuições e as de Lacan, uma vez que o atendimento, seja no campo público ou privado, deve considerar que há algo autêntico, singular e próprio de cada pessoa e de cada família, com seus múltiplos arranjos, que necessita dos serviços (Brasil, 2009). Dessa forma, a escuta e a clínica não se dissociam da política, na medida em que consideram o sujeito do desejo, sujeitado ao inconsciente e a sua história de vida e contexto. Nesse sentido, o mal-estar inerente ao quadro social não é ignorado.

Não defendemos aqui uma escuta deslocada da função principal das instituições. No campo da assistência social, por exemplo, é essencial uma escuta crítica, que viabilize não somente uma abertura para a emergência do sujeito desejante, mas que reverbere também na comunidade, tornando outros modos de vida possíveis. A escuta psicanalítica, nesse cenário, pode ser uma forma do cidadão interpelar as linhas de força e o que há de instituído nos territórios, auxiliando nas transformações sociais.

Dessa forma, o ato do analista em um dispositivo é uma aposta nesse desejo de saber por parte do sujeito que atribui ao profissional um conhecimento que ele supõe existir. Nesse sentido, Quinet afirma:

A saída da análise de um psicanalista não é sem paixão. Não é uma saída pelo ódio nem pela ignorância. Não é sem amor - um amor instruído pelo impossível que tenha a marca de uma outra paixão: o entusiasmo pela aposta no desejo de saber e nos laços sociais, pois o sujeito do coletivo é o mesmo do individual (Quinet, 2021, p.83).

A identificação com seus pares através do amor e do reconhecimento das diferenças pode fortalecer os vínculos interpessoais, reforçando o laço social, uma vez que o sujeito não é sem um outro, sendo ao mesmo tempo, singular e coletivo. Assim, a escuta psicanalítica nas instituições permite considerar o contexto de vida do sujeito, bem como os seus arranjos sociais.

Nesse sentido, o psicólogo referenciado pela psicanálise, partindo da dimensão do sujeito do desejo pode assegurar a dimensão da clínica no campo institucional através da escuta. Desse modo, se pode garantir o seu lugar social a partir de sua diferença, sem prescindir dos direitos de cidadania como direitos universais e inalienáveis. Cabe ressaltar que não há um lugar assegurado ou reservado para a clínica em um CRAS, mas o que existe é uma possibilidade de, no encontro com o cidadão que chega, o psicólogo referenciado pela psicanálise escutar o que há nas entrelinhas do discurso do usuário do serviço.

Nas repetições, nos equívocos e retornos sem motivo aparente, o psicanalista vai encontrando lugar para uma escuta que possa fazer a dor circular através da produção de novos significantes, permitindo a construção de outras histórias pelo sujeito. Assim, o que as especificidades das instituições calam com as urgências materiais e seus objetivos bem formulados têm a possibilidade de ecoar no espaço como um instrumento desafinado em meio a um espetáculo musical. No momento exato em que o sujeito aparece, também são postas à prova o trabalho e a efetividade dos princípios que norteiam a instituição.

Os efeitos produzidos pela escuta podem ecoar no ambiente institucional, instaurando um campo dissonante. Entre a falta de recursos básicos para a execução do trabalho, as filas crescentes dos lugares para terapia individual no SUS e a demanda de atendimento muito maior do que a quantidade de funcionários existentes no campo da assistência social, o que é de ordem estrutural pode retornar como desconforto e produzir desarmonia no cotidiano da instituição.

Então, é importante discorrer sobre a relevância do estabelecimento de um vínculo que se estende entre os integrantes da equipe técnica. Só assim é possível a formação do compromisso de nortear o trabalho a partir de uma ética que assegure a o campo do sujeito de um modo radical. Para que os efeitos da fala e da escuta não instaurem um ambiente de guerras e competições entre as diferentes formas de trabalho e de referenciais metodológicos, cabe o estabelecimento e um fortalecimento contínuo dos laços entre os trabalhadores. Se as condições de trabalho e os efeitos do neoliberalismo podem adoecer os responsáveis por facilitar a entrada dos cidadãos nos sistemas de garantias de direitos, a formação de laços que assegurem a circulação da palavra e a ligação por

meio de objetivos partilhados segue sendo a proposta que só pode se sustentar a partir de um objetivo comum.

Quanto ao trabalho em equipe nos dispositivos de atendimento às pessoas em vulnerabilidade social, Betts (2014) rejeita a multidisciplinaridade, alegando que nessa forma de trabalho cada integrante da equipe considera o usuário de acordo com o que há de específico em seus referenciais teóricos. Assim, o sujeito precisa se adequar a cada posicionamento dos especialistas em encaminhamentos que se sobrepõem e produzem um efeito de descontinuidade, passando de Secretarias em Secretarias, tendo seu atendimento compartimentalizado.

Betts propõe que a equipe trabalhe a partir de uma concepção de sujeito partilhada, e designa esse funcionamento como interdisciplinar. O autor ressalta que a interdisciplinaridade permite um diálogo constante entre as disciplinas e a construção de denominadores comuns para uma intervenção que considere a singularidade de cada cidadão atendido.

O autor supõe que o ideal do trabalho em equipe seria, a partir de a interdisciplinaridade, chegar à transdisciplinaridade, que aponta para a construção de uma concepção ética que, para além do diálogo entre as disciplinas, possa nortear uma prática comum. Nesse sentido, Betts assevera que:

Tomar caso a caso em sua singularidade no laço transferencial deve ser o ordenador das intervenções das diferentes especialidades, para além das rivalidades ou disputas de prestígio de cada disciplina dentro do contexto institucional. A construção de um funcionamento transdisciplinar não é pouca coisa, e nem é fácil, pois ao incluir o sujeito de desejo, o instituído é posto em questão, dando lugar à palavra humanizante, o que implica, como foi dito acima, certa desorganização das regras da instituição e das formas de interação dentro da equipe multiprofissional (Betts, 2014, p.17).

Ou seja, a entrada do sujeito no laço transferencial é a condição primordial para orientar a sistematização das práticas de trabalho em equipe nas instituições. Contudo, o posicionamento do sujeito do desejo subverte a lógica da mestria tão comum entre especialistas. Na medida em que o poder se desloca com a assunção do sujeito de seu lugar social, não há teoria, técnica ou intervenção apriorística da qual o especialista possa se servir, o que desorganiza planejamentos, exige novos relatórios e a construção de outras possibilidades de intervenção.

Ainda que o movimento, inicialmente desorganizador, incomode e torne o trabalho mais desafiador, as orientações técnicas que norteiam o trabalho do profissional da assistência social, bem como o trabalho em instituições públicas, descrevem intervenções que garantam um

atendimento condizente com as especificidades de cada usuário dos dispositivos. Então, a partilha de uma ética laborativa pautada no sujeito do desejo está mais próxima do que comumente é imaginado pelos atores da política de assistência social. Betts (2014) explana, então, a seguinte asserção:

A ética da psicanálise implica permitir uma abertura no laço social instituído para o advento do sujeito. Se a ética da psicanálise se define ética do bem dizer do desejo, a mesma está disjunta da moral do serviço dos bens, assim como da moral universalizante da saúde e do bem-estar decorrentes da medicalização do cotidiano (Betts, 2014, p.17-18).

Assim sendo, a emergência do sujeito, podendo ser viabilizada pela sua escuta no laço transferencial, pode promover a dissolução das soluções prontas, da imposição de padrões de comportamento e de planejamentos que têm por resultado um trabalho em que se tece uma adaptação do cidadão a qualquer situação considerada ideal. Com isso, não há qualquer pretensão de analisar o cidadão no campo da assistência social tal como acontece nos atendimentos feitos em consultórios, sejam eles públicos ou particulares.

O que aqui está sendo proposto é que a ética da psicanálise pode contribuir para uma tomada de posição pelo sujeito, uma vez que é a partir de sua própria história que este passa a uma elaboração – que exige o rearranjo de suas relações consigo e com a sociedade –. Nesse sentido, a frase final de Quinet em sua obra *A política do psicanalista* (2021), ressalta o motivo pelo qual a teoria psicanalítica nunca esteve limitada às paredes de um consultório particular quando o autor afirma que: “Não há clínica sem ética e não há psicanálise sem política” (p.163), ressaltando a dimensão coletiva das transformações que começam no um a um, a cada vez, ao longo da história.

4.2 Necessidade, demanda e desejo

Dona Verônica já tinha seu Bolsa Família, participava ativamente das oficinas dos serviços de convivência, tais como: crochê, rodas de conversa e artesanato. Sempre crítica e ríspida, mas retornava ao menos uma vez por semana. Um dia chegou chorando. Descobriu que o companheiro ia sair de casa para morar com outra mulher. A senhora insistia que queria morrer, mas que antes tinha que avisar no CRAS a ideia de se matar. Verônica, que era filha de uma idosa também frequentadora do serviço, contou nesse dia, pela primeira vez, porque não falava com sua mãe: “é

que ela via seu homem mexer em mim e nada fazia”. Verônica, em seguida relata que quando descobriu a traição do marido, seu maior medo se concretizou: “ser abandonada”.

A senhora fala de muitas situações em que se sentiu sozinha e abandonada. Em um momento do atendimento lhe é perguntado se a sensação de abandono pesa mais do que o fato do companheiro estar indo morar com outra mulher. Ela chora e pergunta como criar todos os filhos sozinha, mas depois ela mesma responde que não pode abandonar os filhos. A sensação de estar só, sem apoio e com poucas esperanças de melhorar de vida, aparece na fala de muitas mulheres nos CRAS. Geralmente, mulheres que cuidam de casa sozinhas e cujo número de filhos pequenos lhes permite apenas realizar trabalhos esporádicos e mal remunerados.

Podemos localizar nas falas dos frequentadores dos dispositivos de assistência social que há algo não articulado em seus pedidos e reclamações. O mesmo cidadão retorna com queixas que se repetem, pedindo soluções para seus mais variados problemas, muitos destes, fora do escopo do trabalho de um psicólogo do CRAS. Com isso, começamos a questionar tanto o lugar da escuta nestes dispositivos, quanto o que há de possibilidade de trabalho nessas situações, surgindo, então, a noção de que há algo para além das múltiplas solicitações.

Freud (2021), em sua clínica, observa que o primeiro objeto erótico do bebê é a sua mãe, a que cuida, alimenta e porta o primeiro objeto de sua satisfação. Se em um estado anterior o bebê não difere o corpo da mãe de seu próprio corpo, em um segundo tempo, o seio é reconhecido como um objeto exterior e, portanto, pode ser ofertado ou negado. Esse objeto da primeira satisfação deixa um traço que reveste a matriz simbólica da relação entre o sujeito e seus objetos amorosos. Sendo assim, podemos intuir que o eixo que articula as relações entre o sujeito e o mundo é essa busca pelo objeto perdido. Ou seja, essa relação possui um fundo de incompletude, de forma que cada sujeito lida com isso a seu modo.

Lacan (1999) cita o capítulo, "A descoberta do objeto" da obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (lançada originalmente em 1905), de Freud, para afirmar que de modo implícito está presente uma teorização sobre o objeto nos escritos do autor. Lacan explicita que Freud, ao afirmar que há um objeto que marca a primeira experiência de satisfação do sujeito, formula que o sujeito, na tentativa de reencontrar o objeto, se depara com uma nostalgia, uma vez que é impossível reviver a experiência original de satisfação. Logo, a busca pelo objeto perdido marca uma repetição do impossível a partir do momento em que o objeto não será mais o mesmo. Assim, de acordo com

Lacan, a relação entre sujeito e objeto se traduz em um conflito refletido pela busca de uma satisfação inalcançável.

Quinet (2000), partindo de Freud, afirmará que a teorização fundamental da psicanálise desvela que o sujeito se constitui a partir de um furo, que é correlato do objeto perdido, se tornando uma condição necessária do desejo, uma vez que é irrecuperável. Nas palavras do autor, “da instauração dessa relação há um reinvestimento da imagem mnêmica do objeto que reconstituirá a situação primeira de satisfação, sendo esse movimento o desejo” (Quinet, 2000, p.88).

Sendo assim, remontamos ao momento em que o bebê humano precisa ser alimentado e cuidado por um Outro, a fim de relacionar necessidade, demanda e desejo. Cabe ressaltar a importância dos cuidadores que, ao alimentar e cuidar podem dar um sentido aos gritos e aos apelos do bebê. Ao dar uma significação de pedido às manifestações do bebê, seus cuidadores transmutam a necessidade em demanda. Dessa forma, os cuidadores podem escutar os apelos como uma demanda dirigida a eles. Corroborando com o entrelaçamento entre necessidade, demanda e desejo, Quinet (2000) afirma:

A demanda está nesse apelo (grito interpretado como dirigido ao Outro da assistência) que o sujeito faz em busca de um complemento que é o objeto que pode satisfazê-lo. E nessa demanda se desenrola o desejo. Na demanda há sempre um pedido de restituição de um status quo ante, de um estado anterior de complementação que o sujeito supõe existir ou ter existido (Quinet, 2000, p.88).

Para Freud (2020), o desejo é a busca incessante por esse objeto perdido e a demanda a tentativa de retornar ao estado de satisfação original. Podemos, assim, supor que a necessidade tem um objeto que a satisfaz – alimento ou água, por exemplo – encontrando-se no registro do fisiológico. Porém, na medida em que somos seres estruturados pela linguagem e obtemos a satisfação por meio de um endereçamento ao Outro, as mesmas funções traduzem novas significações.

Cabe ressaltar que na teoria psicanalítica, esse tempo da necessidade já é recortado pelos significantes provenientes do campo do Outro. Com base nas formulações de Lacan (1998), Elia nos adverte:

O momento da necessidade não faz parte da história do sujeito, e, do ponto de vista desta história, esse momento só pode ser mítico. Se nascemos com necessidades, nunca a experimentamos pura ou diretamente, ou seja, sem a mediação da linguagem. A vida biológica é, como tal, excluída da experiência do sujeito, que só se relacionará com ela

por intermédio da linguagem, o que evidentemente a modifica, a pulveriza, a fragmenta (Elia, 2010, p.45-46).

Nesse sentido, reiteramos que um estado puro da necessidade, totalmente fisiológico, não está presente no bebê humano. Desde antes de seu nascimento (sendo falado, sonhado, nomeado, entre outros) o bebê é imerso no mundo das palavras, o que implica dizer que a relação entre o sujeito e o seu corpo é totalmente mediada pela incidência dos significantes que permeiam suas relações.

De modo algum se exclui a biologia, os processos fisiológicos e a incidência deles sobre o corpo, porém, há uma relação intrínseca entre a palavra e os acontecimentos do corpo. Quinet (2000) exemplifica: “Quando se escuta alguém dizendo “preciso de ar”, não é necessário ser analista para se perceber que há nesse enunciado uma demanda implícita, que pode ser de cuidados médicos, de que se ventile o ambiente ou demanda de atenção (p.89)”. Desse modo, se verifica a multiplicidade de significados que podem ter as palavras do sujeito e suas solicitações.

Na medida em que o sujeito atribui um saber sobre si por parte de seu analista, no enunciado se articula uma demanda ao Outro, um apelo. Logo, a fala de um sujeito, ainda que fora dos limites da análise individual, denota uma demanda endereçada àquele a quem se supõe ter uma resposta, uma solução, ou seja, uma demanda por sentido. Portanto, a demanda, revestida dos significantes do sujeito, é a via pela qual se pode inferir o desejo (Quinet, 2000).

Lacan (1999) ressalta a dimensão metafórica do nosso mundo simbólico, quando assevera que “mediante o concurso do significante, introduz-se na demanda um mínimo de transformação – de metáfora, numa palavra – que faz com que aquilo que é significado seja algo para além da necessidade bruta, que seja remodelado pelo uso do significante” (Lacan, 1999, p.95). O autor localiza uma dialética entre amor e desejo que tem início quando a criança passa a traduzir a presença e a ausência de seus cuidadores como signos de amor. Portanto, a criança vai descobrindo que há algo inapreensível entre sujeito e o objeto, e essa condição marca as suas relações e o faz mergulhar em uma busca por sentido. Logo, a escuta de um sujeito pressupõe a articulação entre o enunciado, sua demanda e o que disso pode surgir.

Para a teoria psicanalítica, então, a diferença entre necessidade e demanda é que a necessidade refere-se a aspirações de natureza biológica, provenientes do próprio corpo, indicando sensações como fome, sede, sono, entre outras – essenciais para a manutenção da vida –. Já a

demanda é uma forma de expressão da necessidade, que está relacionada a uma busca por satisfação e é mediada pela linguagem e pela cultura. Nas palavras de Clara de Góes:

A necessidade, imperativo aparentemente responsável pela manutenção da vida, tem que ser articulada em termos significantes. Essa articulação - da necessidade na ordem signifiante, quer dizer, no âmbito da linguagem - a transforma em demanda, e é daí que se pode definir o desejo como 'resto inarticulável da demanda' (Góes, 2008, p. 30).

Sob a forma do que Góes (2008) indica enquanto um resto de demanda não articulada, na medida em que a demanda suscita a escuta, a escuta pode dar lugar ao que há de singular do desejo. Desse modo, o lugar do cidadão que chega demandando indefinidamente expõe os limites tanto da instituição quanto da relação entre o usuário do serviço e o profissional. No entanto, revela também a abertura das possibilidades para a atuação do psicólogo referenciado pela teoria psicanalítica. Como aconteceu com Dona Verônica, que resolveu por cuidar de si e de seus filhos, abdicando de um casamento que mantinha para se sentir segura.

O psicólogo referenciado pela psicanálise no CRAS acaba por escutar o ignorado, o que desestabiliza, o que de tão real é insuportável tanto para o sujeito quanto para a equipe técnica. Muitos cidadãos iniciam o contato com os técnicos da assistência social acreditando que serão atendidos em tudo aquilo que vêm reivindicar como direito e qualquer negativa que resulte em uma insatisfação gera revolta. O que pode ser visto por muitos como uma agressividade desnecessária do cidadão frente aos limites de nossa atuação pode se revelar como um signifiante que dê conta de estabelecer vínculos entre ele, o psicólogo e a instituição, fazendo a palavra circular.

Desse modo, surgem as questões referentes aos entraves no trabalho. Se, por um lado, o sujeito passa a falar de si e começa a colocar em questão as incontáveis falhas do sistema de assistência, de saúde e de tudo o que aumenta o seu sofrimento, por outro, o desconforto retorna para a equipe que, entre o pouco investimento em seu trabalho e as imposições do real que também nos fazem sofrer. Passam a surgir os conflitos traduzidos em falas dos trabalhadores do serviço, tais como: “aqui não é lugar pra ela ficar chorando”; “se já tem Cadastro Único e sabe que esse mês não tem cesta básica, está fazendo o que aqui mais uma vez”?

Essas e outras expressões parecem isolar a dimensão socioassistencial das demandas subjetivas, como se o atendimento ao cidadão devesse ser radicalmente focado em suas necessidades essenciais. É interessante ressaltar que, se não houvesse uma abertura para escutar o cidadão para além de suas carências materiais, considerando seus hábitos familiares, seus vínculos

com o território, com a finalidade de promover maior autonomia e emancipação – elencados como objetivos fundamentais da atuação do psicólogo no CRAS (CREPOP, 2007) –, seriam apenas orientações de um manual que sistematiza um modelo para qualquer pessoa "ajudar" e "acolher" pessoas em situação de vulnerabilidade social, independentemente das especificidades de sua profissão.

Dessa forma, a fome, a violência doméstica, o medo de morrer e não ter com quem deixar os filhos, a urgência de falar com alguém em momentos de angústia ou de aflição e a formação de vínculo com os profissionais do dispositivo, assim como a ética da nossa profissão, nos impedem de dizer que essa parte da questão deve ser colocada somente no SUS.

Nessa direção, Vorsatz (2013) afirma que “aquilo que do desejo se pode formular a partir da experiência analítica é, se formos fiéis às proposições do próprio Lacan, uma ética” (p.14), mas uma ética que interroga a relação do ato de um sujeito com o desejo, que apesar de inconsciente, não o isenta de uma inteira responsabilidade. Logo, a escuta do sujeito pode trazer consequências tanto em sua vida quanto na organização da instituição. Sendo a ética do desejo aquela em que o sintoma, o mal-estar e o não dito são incluídos – o que implica lidar com aquilo que traz desconfortos e exige um posicionamento do sujeito.

Entre responsabilidade, sofrimento e extrema pobreza cabe, por fim, considerarmos a questão apontada por Vorsatz e Eichler (2017) sobre vitimização, reparação e demanda, quando afirmam que:

(...) uma demanda de reparação pode se estender ao infinito sem que jamais possa ser satisfeita. Um sujeito fixado na posição de vítima estará fadado a degradar a dimensão do desejo à demanda, que é sempre demanda de amor e de reconhecimento, ao preço da elisão do desejo. Ou seja, na posição de vítima o sujeito recua e, demitindo-se de sua parcela de responsabilidade, passa a outorgar a outro a responsabilidade sobre sua vida, cabendo a este dizer qual é o seu – do sujeito - lugar (p. 681).

Com isto, Vorsatz e Eichler (2017) não deixam de alertar, tal como Freud (2021c), que há momentos em que o cidadão se deixa cair em uma forma de existência que vela a possibilidade de sair da repetição de seu sofrimento. Os autores apontam para o fato de que uma demanda infinita pode obstaculizar a responsabilização do sujeito que transfere para o outro a responsabilidade por suas mazelas.

Nesse sentido, Freud formula (2021c) que não se pode satisfazer por completo tudo o que os analisantes demandam, ou seja, que devemos trabalhar “em abstinência” (p. 172), de modo que

haja motivadores para o andamento da análise por parte do sujeito, bem como lugar para sua responsabilização para com o mal-estar do qual se queixa. Portanto, entre demanda, satisfação e desejo, é preciso estar atento a cada demanda trazida pelo usuário nos serviços de assistência social.

5 O RAP E AS POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM DISCURSOS DE DOMINAÇÃO

Se a inépcia do Estado em prover o necessário para o funcionamento da política socioassistencial pode produzir sujeitos identificados a uma postura de servidão, manifestações artísticas e culturais testemunham uma possibilidade de ruptura com os discursos de dominação. É imprescindível colocar que renda, vínculo empregatício, grau de escolaridade, etnia, cor da pele, local de moradia, vínculos sociais e comunitários são categorias indissociáveis para mensurar o grau de vulnerabilidade e de risco social de uma população. Portanto, é possível dissociar questões

de ordem social de uma suposta incapacidade individual de pessoas pobres ascenderem socialmente.

Schwarcz e Starling (2015/2017) nos auxiliam a relacionar pobreza e segregação social com fatores históricos, culturais, ideológicos e políticos, que levaram o Estado a uma suposta tentativa de reduzir as desigualdades sociais. Nesse sentido, Mbembe (2018) dialoga com as autoras, afirmando que há uma relação entre segregação, exclusão e a criação ficcional de um inimigo em comum na sociedade, sendo este formado por um grupo de pessoas categorizadas de acordo com traços partilhados por uma comunidade, tais como mesmo tom de pele, sistema de crenças, vestimentas características de um território, entre outros.

Disso resulta uma estigmatização estruturada a partir de processos históricos, tal como aconteceu no Brasil, aos negros abduzidos do continente africano por Portugal após a colonização (1500-1888). O autor observa, partindo da colonização de vários povos ao longo da história que qualquer análise sobre segregação, exclusão e criação de inimigos em comum precisa tratar da escravidão, por ter como consequência o racismo.

Portanto, é imprescindível considerar as formas de exclusão, as violências cotidianas e as relações de poder presentes no tecido social a fim de problematizar discursos que pretendem naturalizar ou simplificar as questões sociais. Dessa forma, Schwarcz e Starling lembram que:

Em 1993 seis policiais militares saltaram de dois carros, em frente à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, e abriram fogo contra quarenta crianças e jovens moradores de rua que dormiam nas escadarias; no dia 29 de agosto, um grupo de 36 homens armados encapuzados fuzilou 21 pessoas, todas jovens, na favela de Vigário Geral, Zona Norte do Rio. O Brasil experimentava o paradoxo de ser um país onde a democracia convivia com a injustiça social, e o rap — a voz das favelas e das quebradas — apontou para a crueldade desse paradoxo. Recriou, com palavras vindas da rua, a vida nos bairros pobres, nas periferias, nas favelas, com seu cotidiano de loucura, miséria e violência. Expôs de uma só vez a violência policial, a parcialidade da Justiça, a ausência de políticas públicas, a falta de oportunidades para a população pobre (Schwarcz; Starling, 2015/2017, p. 842-843).

Em resposta a esse tipo de violência recorrente, as autoras relacionam o surgimento de movimentos artísticos nas periferias e referenciam o *rap* a um efeito de articulações discursivas que traduzem o contexto da vida dos moradores dessas regiões. Importa dizer que apesar da periferia ser retratada como lugar de alta periculosidade, sem recursos materiais, carente de positividade e representações, a arte revela o equívoco intencional da mídia e da criação deste imaginário.

No Brasil, temos diversos representantes da música, da comédia, dos esportes que desmentem essa ilusão e inspiram novas gerações. Podemos afirmar que se os corpos podem ser dominados, um resto escapa. Desde a escravização dos corpos negros, a dança, a arte, a capoeira e os rituais religiosos, deram lugar à singularidade das pessoas pretas e pardas, reparando o sentimento de pertença que lhes fora expropriado.

No entanto, importa analisar de que forma uma manifestação artística como o *rap* consegue reunir um grupo de pessoas que passam a costurar para si um lugar no tecido social. É comum perceber nas comunidades e nos dispositivos de assistência social uma afirmação da beleza dos traços e dos tons de pele que inspira também transformações na vida e nas relações sociais, unindo pessoas ligadas por traços comuns, histórias entrelaçadas e lugar que ocuparam e ainda permanecem, na sociedade. Quanto a isso, temos uma indicação na noção freudiana de Supereu e de ideal do eu, presentes na obra intitulada, *O Eu e o Isso* (2011).

Freud (2011) questiona-se sobre o processo de formação do Eu e o quanto pode ser verificado da relação deste com os pensamentos conscientes. O autor, ao longo de sua prática, verifica que não há um Eu integrado e harmônico, passível de ser delimitado enquanto sede dos pensamentos conscientes, ou seja, dos pensamentos, das representações e dos traços da memória. O psicanalista atesta que o Eu, para além de ser uma instância que abriga a consciência, tem uma camada mais profunda, herdeira das pulsões originárias, a que chamou de Isso. O Eu assume a função de mediação entre as exigências de satisfação do Isso e as exigências do mundo externo, mediadas pelo princípio de realidade.

Em sua obra, *Além do princípio do prazer* (2020), o autor ressalta que o princípio de realidade substitui o princípio de prazer. Originariamente, o Eu obtém prazer do próprio órgão (autoerotismo), direcionando suas ações para uma obtenção de prazer sem limites. Com as exigências do mundo externo, o Eu precisa se adequar e mediar o conflito resultante das exigências de satisfação do Isso com as interdições impostas pela realidade.

Nesse cenário, Freud formula que do abandono dos investimentos objetivos autoeróticos surge uma repetição das identificações iniciais da primeira infância, localizando, nesse momento, a fonte do ideal do Eu, em suas palavras: “a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal” (2011, p. 28). O autor estabelece o conceito do Complexo de Édipo, inspirado pela tragédia de Sófocles, *Édipo Rei*, em que Édipo assassina seu pai e casa-se com sua mãe, sem saber de sua filiação.

O psicanalista vienense formula o mito do neurótico, na medida em que reconhece na clínica que o menino, enamora-se por sua mãe e com a intensificação deste investimento libidinal, passa a direcionar uma hostilidade e o desejo de eliminar seu rival, o pai, por quem também nutre sentimentos ternos (o oposto acontece na menina). Por consequência, instaura-se o Complexo de Édipo. A dissolução do Complexo do Édipo comporta tanto uma renúncia ao objeto de desejo, quanto à internalização, por identificação, da autoridade paterna. Nesse sentido, o psicanalista reitera que:

No curso posterior do desenvolvimento, professores e autoridades levam adiante o papel do pai; suas injunções e proibições continuam poderosas no ideal do Eu, e agora exercem a censura moral como consciência. A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do Eu (Freud, 2011, p. 34).

Nesse sentido, o pai enquanto ideal a ser atingido torna-se uma matriz que as relações do sujeito com outras figuras de autoridade, assim as regras sociais são incorporadas.

Portanto, podemos aferir que manifestações culturais, como o *rap*, carregam em si não somente o testemunho de pessoas em situação de pobreza, estigmatização e violência, mas, também o potencial de estreitar laços, desenvolver um sentimento de pertencimento – que pode ser observado na criação e manutenção de uma linguagem e de uma vestimenta própria –. Com isto, o lugar social das pessoas periféricas se refaz, podendo por identificação com as produções de homens e de mulheres em que recaía a mesma condição de uma vida de subempregos, criminalidade e pobreza extrema, promover uma abertura para vislumbrar novos lugares na sociedade.

Nesse cenário, o movimento do *rap* se revela como campo frutífero para uma análise da transmutação de discursos que excluem, segregam e estigmatizam uma determinada população. O rapper Leandro Roque de Oliveira (Emicida) é um dos representantes do ritmo que expõe de forma contundente os contrassensos das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Em uma de suas letras, Emicida chega a afirmar que existe “pele alva e pele alvo” (2019, Ismália, AmarElo) se referindo às estatísticas que demonstram a discrepância entre o número de pessoas brancas e de pessoas negras que morrem assassinadas por arma de fogo no Brasil (2020, Atlas da Violência¹²).

¹² Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/atlas-da-violencia-assassinatos-de-negros-crescem-115-em-10-anos/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Emicida versa sobre a possibilidade de os cidadãos periféricos não serem vistos apenas como objetos de intervenção da política de segurança pública, socioassistencial ou educacional, evidenciando que entre crimes, assassinatos, intolerância religiosa, expropriações e racismo, o jovem da periferia pode ser convocado também para falar para além de suas dores e mazelas, como na letra que segue:

Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz
 Sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência
 Me resumir à sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale
 Não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem
 É o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”.
 (Emicida, AmarElo, 2019).

A transformação da dor e do sofrimento em arte, bem como em estratégia de protesto e denúncia, denota que não se pode reduzir a história de um povo e de uma camada social a vivências de sofrimento, dor e luto – como coloca Emicida na letra supracitada –, sendo urgente escutar o sujeito em seu contexto a fim de estabelecer um diálogo em conformidade com suas potencialidades, possibilitando o surgimento de novos sentidos, respostas plurais para a violência e discriminação presente nos discursos dominantes sobre a pobreza, a favela e os negros.

Logo, essas manifestações culturais acabam por interpelar as diversas mídias presentes na sociedade que, quando convocam o jovem periférico, geralmente é para que ele fale da violência e da segregação imposta aos subúrbios e periferias. Da articulação entre arte, sofrimento e contexto histórico há a possibilidade de produção de novas formas de existir na sociedade que não seja apenas por meio da violência, do medo e da pobreza.

Outra representante do *rap*, cantora e multi-instrumentista, Bia Ferreira, tem em seu repertório letras comprometidas com uma nova escrita sobre o povo preto, favelado e LGBTQIANP+. Bia alterna entre composições em que tratam do amor entre mulheres lésbicas e bissexuais com críticas acirradas ao neoliberalismo como sistema político e econômico. Questiona

a desigualdade nas oportunidades de estudo e de trabalho para a periferia e, com voz potente, canta sobre os feminismos de classe média. Segundo a artista, estes jamais subiram o morro e olharam para a discrepância no número de mortes, violência obstétrica e desemprego entre mulheres negras e brancas. Em uma de suas letras ela canta que:

Porque meu tiro é certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
 O papo é reto, eu vou te perguntar
 Cê me responde se cê aguentar, guria
 Quantas vezes você correu atrás de um busão
 Pra não perder a entrevista?
 Chegar lá e ouviu um
 "Não insista
 A vaga já foi preenchida, viu
 É que você não se encaixa no nosso perfil"
 Quantas vezes você saiu do seu apartamento
 E chegou no térreo com um prato de alimento
 Pra tia que tava trampando no sinal
 Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?
 Quantas vezes cê parou pra perguntar o nome
 E pra falar sobre seu ativismo?
 Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
 Fe-mi-nis-mo?
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 (Ferreira, De dentro do AP, 2019).

Cabe ressaltar que na letra supracitada a artista alerta para uma forma de ativismo virtual e hipócrita, um meio pelo qual hoje muitas questões sociais são tratadas nas mídias e nas redes sociais, mas sem que gerem nada além de discussões superficiais e elitistas. Ainda denuncia o que é permanentemente estar “fora do perfil” para vagas de emprego, sem maiores explicações por parte dos contratantes.

Nesse sentido, Souza (1983) ressalta que: “É a autoridade da estética branca que define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, em que os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos”. (p. 54), afirmando que há uma relação desigual de poder distribuída entre pessoas brancas e negras que denota também o lugar que cada corpo e seu tom de pele ocupa na estratificação social.

Manifestações culturais surgidas da periferia como a dos *rappers* aqui citados, versam sobre uma realidade, e marcam a possibilidade de deslocar o jovem periférico de um lugar naturalizado, arraigado no imaginário social: o bandido; o traficante; o subempregado, explorando formas de resistir, de ser descriminalizado e de ter uma vida autêntica. Esses novos modos de resistir alteram

o olhar das pessoas periféricas sobre si mesmas, como Rincon Sapiência (Danilo Albert Ambrosio), *rapper* e poeta, vocifera:

Faço questão de botar no meu texto
 Que pretas e pretos estão se amando
 Quente que nem o conhaque no copo
 Sim, pro santo tamo derrubando
 Aquele orgulho que já foi roubado
 Na bola de meia vai recuperando (...)
 Se o padrão é branco, eu erradiquei
 O meu som é um produto pra embelezar
 Tipo Jequití, tipo Mary Kay
 Como MC eu apareci
 Pra me aparecer, eu ofereci
 Umas rima quente, como Hennessy
 Pra ficar mais claro, eu escureci
 Aquele passado, não esqueci
 Vou cantar autoestima que nem Leci
 (Sapiência, Ponta de lança, 2019).

A composição de Rincon Sapiência, sobretudo expressa a reconstrução de uma imagem. Se, antes, a beleza estava aprisionada em padrões eurocentrados, como um corpo esguio e longilíneo, cabelos lisos, pele branca e nariz afilado, em diversos momentos o povo negro e periférico reafirma a beleza dos cabelos crespos, de seus traços característicos e dos tons de sua pele. É comum em todos os *rappers* brasileiros, assim como vemos em Rincon, o enaltecimento de pessoas pretas que se tornaram referências importantes para a construção de um sentimento de pertença e de autoestima dos negros e periféricos.

Rincon cita Leci, em referência à sambista Leci Brandão, cantora e compositora, primeira cantora famosa do Brasil a se identificar como mulher lésbica e a se envolver, desde os primórdios de sua carreira, na luta por igualdade racial. Dessa forma, a identidade retificada pelos representantes do *rap* ativa a produção de novos olhares sobre a vida e o passado, que ampliam formas de atualizar para o sujeito seu presente e vislumbrar novos caminhos, outras relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a pensar sobre os limites e as contribuições da teoria psicanalítica para o trabalho no campo da assistência social. De acordo com o Censo de 2022 do Conselho Federal de Psicologia¹³, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é o maior empregador de psicólogos no serviço público atualmente, dessa forma destacamos a relevância de pesquisar sobre a atuação do psicólogo no sistema, ressaltando quais os limites e as possibilidades

¹³ **Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho.** Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022. 268 p.

de suas intervenções ao articular os objetivos da política socioassistencial e o que é específico das fundamentações teóricas de sua profissão.

Em minha prática, pude observar ao longo dos anos de trabalho na assistência social que muitas vezes a função do psicólogo se confunde com a do assistente social, uma vez que ambos têm objetivos comuns. Nesse cenário, o que é específico do profissional psicólogo começou a ser uma questão cada vez maior pra mim, ao pesquisar sobre o tema pude observar que há um questionamento a ser feito sobre os referenciais teóricos a serem utilizados para o trabalho do psicólogo no campo da assistência social.

Muitos autores alertam para o risco de transpor da clínica individual um modelo de intervenção descolado da realidade dos espaços em que o profissional atua (Rosa, Silva e Carvalhaes, Romagnoli). As orientações do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)¹⁴ sobre as contribuições do profissional psicólogo na assistência social é fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social.

Isso inclui contribuir para a construção de espaços de organização social e familiar, quebrar ciclos de vulnerabilidade social, fortalecer vínculos, redes de apoio social e a autonomia dos sujeitos. Assim como no Manual de Orientações Técnicas para a Atuação no CRAS as normativas que versam sobre a atuação dos psicólogos, propõe uma visão crítica da sociedade e um conhecimento das questões sociais para a intervenção do psicólogo, mas dada a multiplicidade de referenciais teóricos da disciplina, não priorizam nenhum autor ou teoria específica.

Luiz Alfredo Garcia-Roza (1977) no texto *"Psicologia: Um espaço de dispersão de saber"*, auxilia na reflexão sobre a inserção da psicologia em diferentes campos de atuação, ainda que a multiplicidade de abordagens, por vezes, seja vista como um fator de complexidade. O autor verifica que não há unidade teórica em nenhum saber formal, nem mesmo das ciências ditas exatas. Garcia-Roza assevera que a construção de práticas e saberes está intrinsecamente ligada ao contexto histórico em que são formuladas. Por isso, é relevante considerar o histórico da formação da sociedade em diálogo com a estruturação do território de atuação dos profissionais para trabalhar como determina a PNAS e o código de ética do profissional psicólogo.

¹⁴ Iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas e psicólogos que atuam nas diversas políticas públicas.

Portanto, nesta pesquisa, foi valorizada uma articulação entre o contexto histórico brasileiro e a formação de saberes psicológicos até a regulamentação da profissão de psicólogo, na busca por um meio de trabalho que cumprisse com a garantia do acesso do cidadão aos seus direitos fundamentais sem desconsiderar sua singularidade e o sofrimento que localizamos em muitas falas a cada encontro com os usuários dos dispositivos.

A pesquisa, então, se propôs verificar as possibilidades e os impasses de uma escuta referenciada pela psicanálise no âmbito da assistência social. Avaliando as contribuições e as vias para a atuação do psicólogo no CRAS, a partir da interlocução entre a teoria da clínica psicanalítica e um trabalho diretamente afetado pela renda e as condições de vida e de trabalho da população. Assim, foi preciso analisar as noções de escuta e de sujeito presentes na teoria da clínica psicanalítica.

Com isto, a teoria psicanalítica tal como formulada por Sigmund Freud (2021c), contribuiu para pensar a atuação dos psicólogos no campo da assistência social. Freud desvela a existência do inconsciente, uma instância psíquica primária, que se constitui de representações e de conteúdos que foram abolidos da consciência. O inconsciente, assim, é uma instância anterior à consciência e constitutiva do sujeito.

Uma vez que nos deparamos com essa divisão do sujeito, não podemos ignorar que em suas demandas não existem somente pedidos referentes a questões materiais. O usuário chega ao CRAS imerso em inúmeras demandas, muitas vezes, submetido a situações de grande impacto sobre si e sua família, como insegurança alimentar, receio de ter que trabalhar em mais de um lugar e não ter com quem deixar os filhos, violências intrafamiliares que levam a denúncias ao Conselho Tutelar, entre outros.

Sendo assim, importa considerar que o atendimento focado apenas nas questões de ordem material pode acabar promovendo um apagamento da singularidade dos cidadãos mais vulneráveis do corpo social, mascarando questões de ordem estrutural, como a discriminação racial e de gênero, a desigualdade de renda e de acesso à educação de qualidade, o desemprego, entre outros, produzindo efeitos políticos importantes.

Portanto, cabe ainda destacar que clínica e política não se dissociam, na medida em que a escuta do sujeito em qualquer espaço pode abrir caminhos para uma mudança de posicionamento do sujeito, seu olhar sobre si e suas relações, o que também tem consequências no quadro social.

Assim, há uma relação intrínseca entre psicologia social e psicologia individual, como assevera Freud na obra lançada em 1921, *Psicologia das massas e análise do eu*.

Nos atendimentos, é comum escutar: “vim apenas conversar”. As pessoas relatam brigas em casa, sofrimento nos locais de trabalho, uso abusivo de drogas, receios, frustrações. Há uma repetição de palavras que denota um desamparo circunstancial frente às questões sociais que se soma a sensações de tristeza, ansiedade, frustração e solidão. Foi importante, então, articular neoliberalismo e sofrimento psíquico, considerando o contexto de vida dos usuários. Dessa forma, foi possível vislumbrar as formas de resistência ao modelo de sociedade vigente que faz com que os cidadãos vivam apesar das situações de vulnerabilidade e pobreza extrema.

Verificamos, que o reconhecimento dos limites impostos pelo neoliberalismo enquanto sistema de exclusão desvela o paradoxo do objetivo das políticas públicas de assistência social, que é de promover a redução das desigualdades sociais e maior autonomia e emancipação dos cidadãos, o que depende de um forte e ampliado investimento em políticas públicas. Ou seja, localizamos um conflito entre os objetivos da PNAS e a política neoliberal atual, onde o crescimento econômico tem a primazia.

Em consonância com esta proposição, podemos afirmar que para além da acumulação do lucro e do livre comércio, mantemos a mesma estrutura social há séculos por meio do mecanismo da exclusão e da segregação. Ou seja, o êxito neoliberal encontra sua sustentação no alargamento das desigualdades sociais e na expansão da marginalidade, criando e mantendo um contingente de pessoas em situação de pobreza extrema.

Portanto, coube analisar tanto o histórico da formação dos municípios que compõem a região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, quanto priorizar as características territoriais e sociais da cidade de Queimados, uma vez que o CRAS aqui analisado se situa nesta. Então, a proposição em que Mbembe (2018) se debruça quando formula o conceito de necropolítica para classificar a política de um Estado neoliberal, pôde elevar a compreensão sobre a atuação em periferias.

O autor assevera que o Estado neoliberal decide “quais corpos podem viver ou devem morrer” (Mbembe, 2018, p. 5). Em sua definição, a morte não se limita ao aniquilamento, mas, sim, ao que foi possível comprovar sobre os dados da qualidade de vida dos munícipes da Baixada Fluminense, uma vez que, sem acesso ao trabalho formal, à educação de qualidade, lazer, cultura,

habitação, saúde e esgoto, os cidadãos estão submetidos a um não-viver que os deixa presos aos poderes do Estado e suas regulamentações.

No caso dos moradores da cidade de Queimados, a longa história de exploração, dominação e a criação de todo um imaginário social sobre os cidadãos que reitera antigos preconceitos, exige um esforço maior do cidadão queimadense para assumir um lugar funcional junto à cadeia de produção e às exigências de sucesso vigentes em nossa sociedade. Nesse cenário, as estruturas de poder e a política não podem ser desconsideradas para escutar o sujeito, seja em consultórios particulares ou instituições públicas. Assim, chegamos à noção de que o sujeito é afetado e sofre coletivamente. Com isto, a situação de pobreza extrema, os vínculos frágeis com a família e com o território, bem como a inexistência de vínculos empregatícios formais, para além do mal-estar, mergulham o sujeito em um desamparo circunstancial que pode inibir suas potencialidades.

Atualmente, há uma contínua modificação dos papéis sociais exercidos em ambientes comunitários, familiares e profissionais somadas a uma sensação constante de medos e incertezas. Dessa forma, o homem contemporâneo tem se encontrado em uma posição de desamparo psíquico agravado pelos efeitos do neoliberalismo como sistema político e ideológico. Cabe ressaltar que o sentimento de desamparo é experimentado em nossa primeira infância e permanece sendo atualizado dia a dia em nossa fragilidade intensa frente aos desastres naturais, suscetibilidade ao adoecimento, falta de controle em face das vicissitudes da vida e ao inevitável da morte (Freud, 2020c).

Ou seja, a flexibilização das leis trabalhistas, péssimas condições dos trabalhadores, bem como a falta de investimentos em educação e em saúde e a redução das políticas públicas e de enfrentamento e combate à fome, faz crescer a experiência coletiva de um mal-estar e de uma inquietude que atravessam as subjetividades, contribuindo para a produção de novas modalidades de sofrimento, de relações interpessoais e de adoecimento psíquico (Dunker *et al*, 2021).

Vladimir Safatle, em diálogo com o conceito de desamparo fundamental, formulado por Freud em sua obra, *O futuro de uma ilusão*, propõe que o medo e o desamparo são manejados a fim de manter a servidão da massa. O autor vai ressaltar a importância das formulações de Freud acerca do desamparo fundamental a fim de demonstrar a articulação entre corpo social e os afetos singulares dos cidadãos. O autor ressalta que o reconhecimento do desamparo enquanto afeto originário poderia levar o sujeito a uma elaboração de sua condição, que seria capaz de acarretar

no enfrentamento das estratégias de dominação da política neoliberal, o que o leva a formular que o desamparo é um afeto político.

Safatle, então, admite a capacidade de recriação de cenários possíveis quando o sujeito, frente ao seu desamparo, pode escolher caminhos. Para o autor, a assunção do desamparo levaria o ser humano à produção de novas formas de viver em sociedade que não por meio da alienação, o que levaria o sujeito, em última instância, à emancipação. Nesse sentido, entre a questão social e a assunção de um desamparo fundamental, cabe o questionamento sobre as rupturas que se pode engendrar nesse processo de vulnerabilidade contínua do cidadão contemporâneo.

Assim, como movimento periférico de grande alcance social, temos no *Rap* um exemplo de formação de laços e de desenvolvimento do sentimento de pertença e de coletividade. Em meio à intolerância religiosa, racismo, classicismo e todas as formas de segregar e dissolver a cultura, o ritmo em forma de protesto e testemunho alarga a estima de si que a população preta vai reconstruindo aos poucos. Cabe ressaltar, que na escravização dos corpos negros, a dança, a arte, a capoeira e os rituais religiosos, deram lugar à singularidade dos povos, reparando o sentimento de pertença que lhes fora expropriado.

Portanto, o *rap*, muito ouvido nas comunidades e na Baixada Fluminense, pôde elucidar de que forma uma manifestação cultural pode reunir um grupo de pessoas que passam a costurar para si um lugar no tecido social. É comum perceber nas comunidades e nos dispositivos de assistência social que a subversão dos discursos sobre a pobreza, os tons de pele e os modos de vida das pessoas das periferias pode promover uma afirmação da beleza, dos traços e dos tons de pele que inspira também transformações na vida e nas relações sociais, unindo pessoas ligadas por traços comuns, histórias entrelaçadas e lugar que ocupam na sociedade.

Então, a teoria psicanalítica colabora para a atuação do psicólogo no CRAS na medida em que inclui a diferença dando lugar para advir a singularidade de cada um. Com isto, a palavra pode tomar novas formas, ritmos e sentidos. Assim podemos apostar em um trabalho que – considerando o campo do sujeito, sua história e sua relação com o território – faz a palavra deslizar, criar mundos e tecer redes.

O que se faz disso é fundado a cada vez, não havendo um lugar dado ou naturalizado para a atuação de um psicanalista em um CRAS. Logo, a ética do desejo é a maior das contribuições de uma escuta psicanalítica em instituições. Assim, a despeito de formular um documento que sugerisse modos de conduta profissional ou que traçasse perfis de comportamentos, reiteramos a

necessidade de mais trabalhos acadêmicos e pesquisas feitas pelos trabalhadores da assistência social, uma vez que como campo vasto, podemos avançar no diálogo com diversos campos de teorias e práticas que compõem o campo dos saberes psicológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência E Profissão**. 32 ed. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALVES, J.C.S (2020). **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência.

BONATTI, G.L; SILVA, R.B. A clínica ampliada e o trabalho do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 2, maio/ago. 2020, p. 59-72.

BETTS, J. Desamparo e vulnerabilidades no laço social – A função do psicanalista. **Rev. Assoc. Psicanal.** Porto Alegre, n. 45-46, jul. 2013/jun. 2014. p.09-19.

BRASIL. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município.** Dados do município de Queimados – Setembro de 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action>. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013 – (Série legislação; n. 111) Atualizada em 26 nov. 2013. 156 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas).** Brasília, DF: Presidência da República [2011]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_S_UAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social (2006). **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Suas.** Brasília, DF: Presidência da República [2006]. Disponível em: <https://psicologianosuas.com/wp-content/uploads/2012/11/acompanhamento-a-familias-pbf-mds.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).** Brasília, DF: Presidência da República [2009]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) (2012). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).** Brasília, DF: Presidência da República [2012]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

CARLOS, M.S. **Próxima estação: Queimados! Uma análise sobre a formação de um território antes e depois da chegada da estrada de ferro D. Pedro II (1815-1889).** Dissertação (Mestrado). Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasília). CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2007). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília, CFP.

CHAVES, H.L.A.; GEHLEN, V.R.F (2019). Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 135. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.179>.

DUNKER, C.; SILVA JUNIOR, N.S.; SAFATLE (orgs.) (2021). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1.ed. 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Coleção: Psicanálise passo-a-passo. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 3º ed. 2010.

EMICIDA. **AmarElo** (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablio Vittar. 1 vídeo (8"53min), son., color. Publicado pelo canal Emicida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 22 set. 2020.

FERREIRA, Bia. **De dentro do AP**. 1 vídeo (4"46min). Publicado pelo canal Bia Ferreira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=01Eny4owhJI>. 2019. Acesso em: 17 abr. 2024.

FERRUGEM, D (2020). Guerra às drogas?. **Em Pauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 44 - 54. DOI: 10.12957/rep.2020.47208. Acesso em: 17 abr. 2024.

FREUD, Sigmund. Freud (1923-1925) - Obras completas volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos. Tradução: Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011. 376 p.

_____. **Além do princípio do prazer [*Jenseits des Lustprinzips*]**. In: **Obras Incompletas de Sigmund Freud**. Tradução e notas: Maria Rita Salzano Moraes. Revisão de tradução: Pedro Heliodoro Tavares. 1.ed. p. 58-220. Editora Autêntica, 2020.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu**. In: **Obras incompletas de Sigmund Freud. Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. 1.ed. p. 137-232. Editora Autêntica, 2020a.

_____. **O mal-estar na cultura**. In: **Obras incompletas de Sigmund Freud. Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. 1.ed. p. 305-410. Editora Autêntica, 2020b.

_____. O futuro de uma ilusão. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud. Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos.* Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. 1.ed. p. 233-297. Editora Autêntica, 2020c.

_____. **As pulsões e os seus destinos.** Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. 1.ed. Editora Autêntica, 2021.

_____. Observações sobre o amor transferencial. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud. Fundamentos da clínica psicanalítica.* Tradução: Claudia Dornbush. 1.ed. p.165-180. Editora Autêntica, 2021a.

_____. O método psicanalítico freudiano. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud. Fundamentos da clínica psicanalítica.* Tradução: Claudia Dornbush. 1.ed. p.165-180. Editora Autêntica, 2021b.

_____. Caminhos para a terapia psicanalítica. *In: Obras Incompletas de Sigmund Freud. Fundamentos da clínica psicanalítica.* Tradução: Claudia Dornbush. 1.ed. Vol. 6. p.191-202. Editora Autêntica, 2021c.

_____. Sobre Psicoterapia. *In: Obras Incompletas de Sigmund Freud. Fundamentos da clínica psicanalítica.* Tradução: Claudia Dornbush, tradutora. 1.ed. p.191-202. Editora Autêntica, 2021d.

_____. Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados. *In: Obras Incompletas de Sigmund Freud.* Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. 1.ed. p. 10-218, 2021e. Editora Autêntica. GARCIA-ROZA, L. A. Psicologia: um espaço de dispersão do saber. **Rádice**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 20-26, 1977.

GODOI, M. S. de. **Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: a persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade.** RIL Brasília a. 59 n. 235 p. 61-74 jul./set.2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p61.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

GUARESCHI, M.N.F; MIRON, A.X. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Abr/Jun. 2017, v. 37, nº2, p. 349-362 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>. Acesso em: 14 dez. 2023.

HUR, D.U.; Políticas da Psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, São Paulo, 2012, 23(1), 69-90.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44).

LACAN, J. **O seminário, livro 2: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

_____. **O seminário, livro 4: as relações de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

_____. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. **O seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985b.

_____. **A direção do tratamento e os princípios de seu poder**. In: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998a.

_____. **O estádio do espelho como fundador da função do eu**. In: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998b.

_____. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. In: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998c.

LOUREIRO, B. R. C. Arte, cultura e política na história do rap nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.63, 2016 (p. 235-241). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i631p235-241> .

MBEMBE, A (2018). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições.

MASSIMI, Marina (2009). Novas questões temáticas e desdobramentos metodológicos na história dos saberes psicológicos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.17, n. 1, p. 15-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

PRIORE, M. del; VENÂNCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

QUINET, A (2000). **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

_____. **A política do psicanalista**: do divã para a pólis. Rio de Janeiro: atos e divãs edições, 2021.

SAPIÊNCIA, R. **Ponta de lança**. 1 vídeo (3“48 min). Publicado pelo canal Rincon Sapiência. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U9I-PNoslxA>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ROMAGNOLI, R.C. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. **Psicologia**: Ciência e Profissão. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, R. B.; CARVALHAES, F. F (2016). Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, 28(2), 247-256. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Zahar. Edição do Kindle, 2018.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2015.

VORSATZ, I. **Antígona e a ética trágica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. O estatuto ético do inconsciente e a presença do analista. **Cad. Psicanál. (CPRJ)**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 34, p. 173-185, jan./jun., 2016.

VORSATZ, I.; SILVA, M.E.A. A demanda de reparação - a vítima como figura emblemática na contemporaneidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 674-692, 2017.